



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

SETOR DE CONTROLE INTERNO

ESPÉCIE: Auditoria Operacional

RELATÓRIO PRELIMINAR Nº 007/2023

INTERESSADO: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso – CRM/MT

PERÍODO DE APURAÇÃO: 1º/1/2022 a 31/12/2022

OBJETIVO GERAL: Promover ações de controle, orientação, supervisão e prevenção dos atos de gestão financeira, contábil e administrativa e verificar a correta aplicação das normas legais.

JULHO/2023



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

SETOR DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO PRELIMINAR Nº 007/2023

ESPÉCIE: Auditoria Operacional

INTERESSADO: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso – CRM/MT

PERÍODO DE APURAÇÃO: 1º/1/2022 a 31/12/2022

OBJETIVO GERAL: Promover ações de controle, orientação, supervisão e prevenção dos atos de gestão financeira, contábil e administrativa e verificar a correta aplicação das normas legais.

I. INTRODUÇÃO

Os trabalhos foram realizados na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso – CRM/MT, entre os dias 17 e 21 de julho de 2023, com base nos documentos comprobatórios das receitas, despesas, balanços, relatórios e demonstrativos contábeis, referentes ao exercício de 2022, além de outras peças consideradas necessárias.

a) Visão Geral do Objeto

1. Aferir o posicionamento contábil e financeiro através das contas do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso – CRM/MT, referente ao exercício de 2022, conforme especificações contidas nas Resoluções CFM nº 1.597/2000, de 12 de julho de 2000 e 2.286/2020, de 19 de novembro de 2020, além do Plano Anual de Atividade de auditoria interna – **PAINT/2023**.

b) Objetivos e Questões de Auditoria

2. Avaliar a adequação das operações e os controles internos utilizados no acompanhamento de suas atividades, bem como verificar a correta aplicação dos recursos financeiros e oferecer suporte técnico para o cumprimento das determinações legais e regimentais, especialmente em relação às disposições contidas no art. 70 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei nº 3.268/57, Decreto-Lei nº 200/67, Decreto nº 93.872/86, Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/05, Instruções, Decisões e determinações do Tribunal de Contas da União, além das demais Resoluções Normativas do CRM/MT e do CFM.

c) Metodologia Utilizada e Limitações Inerentes a Auditoria

3. Os trabalhos foram realizados de acordo com as normas de auditoria, incluindo provas nos documentos comprobatórios e nos registros, na extensão julgada necessária nas circunstâncias, adotando as fontes de critérios que regem a Administração Pública Federal, em especial: avaliação dos procedimentos



contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos, além das licitações e contratos.

4. **Limitações:** As técnicas de auditoria utilizadas para obtenção das informações necessárias à análise do objeto desse trabalho foram: questionário, exame documental e consulta aos sistemas informatizados.

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a) Recursos Orçamentários:

5. O orçamento do CRM/MT foi confeccionado para manutenção das atividades continuadas e dos programas e projetos elaborados, objetivando alcançar as metas programadas pela administração, com valor inicialmente previsto para o exercício de 2022 no montante de **R\$ 9.926.441,14**. Nos termos do art. 6º da Resolução CFM nº 2.063, de 12 de dezembro de 2013, durante o exercício de 2022, foram abertos créditos suplementares no valor de **R\$ 3.963.489,00**, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação no valor de **R\$ 1.500.000,00** e anulação parcial de créditos orçamentários no valor de **R\$ 2.463.489,00**, finalizando o exercício com a proposta orçamentária no valor de **R\$ 11.426.411,14**.

6. O orçamento do CRM/MT é um instrumento essencial do planejamento estratégico, ou seja, é um instrumento norteador para o atendimento das demandas institucionais, com as devidas priorizações das ações administrativas. Além da função de planejamento, o orçamento também apresenta as funções de contabilidade, finanças e de controle. É uma peça que exige previsão e prévia autorização para realização de receitas e despesas.

7. De acordo com o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022, o **superávit financeiro** – que é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, uma das fontes para abertura de crédito adicional, segundo o artigo 43 da Lei nº 4.320/64 e Resolução CFM nº 2.063/2013, de 12/12/2013, foi apurado no valor de **R\$ 4.567.306,65**, conforme quadro abaixo. Ressalte-se, contudo, que o parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF rege que “os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”.

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO PARA POSSÍVEL ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO EXERCÍCIO SEGUINTE	
BALANÇO PATRIMONIAL: EXERCÍCIO 2022	
TIPO	VALORES
ATIVO FINANCEIRO	7.238.008,56
PASSIVO FINANCEIRO	2.670.701,91
SUPERÁVIT FINANCEIRO	4.567.306,65
<small>(desde que ativo financeiro maior que passivo financeiro)</small>	

8. De acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/64, O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior poderá ser utilizado como fonte de recurso para a abertura de créditos suplementares ou especiais no exercício vigente, obedecendo a vinculação entre a origem e aplicação dos recursos, **como por exemplo: (1) Origem:** Receita com alienação de bens móveis e imóveis: A aplicação deve ser obrigatoriamente efetuada em investimentos: **(2) Origem:** Excesso de arrecadação: A aplicação pode ser realizada em despesas correntes e de capital.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

9. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e constata-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pelo Orçamento.

b) Finalidades e Competências

10. De acordo com o art. 2º da Lei nº 3.268/1957 [...] Art. 2º O conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

c) Despesas com Atividades Finalísticas

11. Para a identificação do volume de recursos humanos, financeiros e materiais despendidos com as atividades finalísticas do CRM/MT, necessário o mapeamento de todos os processos internos, ou pelo menos os mais importantes, a

fim de comprovar o grau de comprometimento das despesas com os fins institucionais, especialmente as atividades de normatização, fiscalização, judicante, cartorial e cobrança. Para esse fim o CRM/MT existe a ferramenta “centro de custo” – módulo do sistema de contabilidade -, que devidamente parametrizado, possibilita filtrar as despesas por categorias e por tipos de despesas.

12. Essa demanda foi abordada pelo Tribunal de Contas da União e resultou na edição do **Acórdão nº 1.925/2019**, que trata dos Conselhos de Fiscalização, evidenciando justamente a necessidade do mapeamento de processos que possam identificar com melhor clareza as despesas relacionadas às finalidades precípua dos Conselhos de Fiscalização, especialmente aquelas ligadas à **atividade-fim**.

d) Apresentação de indicadores orçamentários, financeiros e contábeis e da parte finalística.

13. Os indicadores servem para que os gestores percebam se os recursos previstos são necessários e suficientes, se as ações foram desenhadas de forma correta, se as metas atingidas se mostram viáveis e se os vários elementos nas ações estão acontecendo conforme o previsto. Na prática, os indicadores são expressões numéricas que indicam e refletem características da realidade e ajudam na tomada de decisão, pois permitem medir, comparar e avaliar o que está sendo desenvolvido.

14. Apresentamos alguns indicadores sobre a evolução orçamentária e financeira, além de alguns dados coletados recentemente em função do Acórdão TCU nº 1.925/2019 - atividade-fim.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

AÇÃO FISCALIZATÓRIA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GRASSO

Referência:

2022

MT

Gastos com Fiscalização	Média Nacional	Média dos Gastos com cada Fiscalização	Nº Total de Fiscalizações	Média Nacional
1.342.229,95	1.725.803,03		646	612
Receita Corrente Líquida	% Em relação à RCL	R\$ 2.077,76	Fiscalizações Proativas	Fiscalizações Reativas
8.445.119,50	15,89%		569	77

AÇÃO JUDICANTE

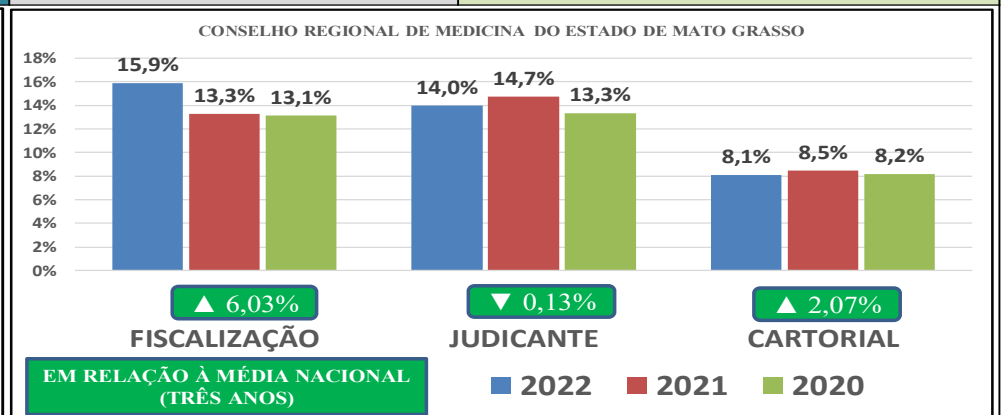
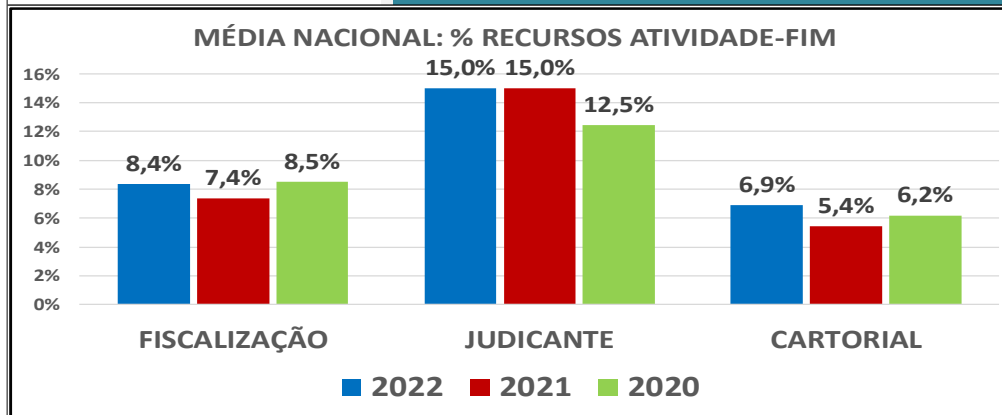
CRM MÉDIA

Gastos com Sessões de Julgamento	Processos Instaurados	Média dos Gastos com cada processo julgado	Advertência	11	27,50%	32,03%
1.181.263,06	71		Censura Confidencial	18	45,00%	29,72%
Sessões de Julgamentos	Processos Julgados	R\$ 16.181,69	Censura pública	8	20,00%	25,81%
73	73		Suspensão	3	7,50%	7,09%
% da Receita Líquida	13,99%		Cassação	0	0,00%	5,35%

ATIVIDADE CARTORIAL

TOTAL ATIVIDADE-FIM

Cartorial	% Em relação à RCL	CRM	37,96%	MÉDIA	30,27%
682.671,67	8,08%				



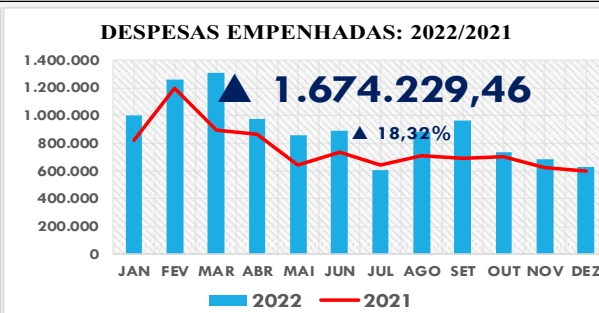
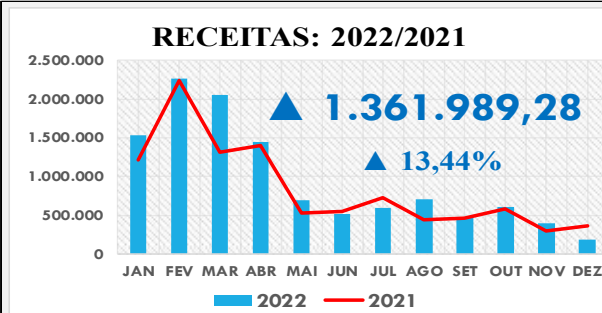


1. INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS		CRM/MT	Referência:	2022																																	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		Execução																																			
2022	R\$ 11.426.441,14	Grupos	Geral	Corrente																																	
Exercício Vigente	R\$ 11.426.441,14	Receitas Arrecadadas (1)	11.498.397,55	11.498.397,55																																	
Superávit de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	Despesas Empenhadas (2)	10.840.969,83	10.444.111,61																																	
Receitas Correntes	R\$ 11.426.441,14	Despesas Liquidadas (3)	10.811.882,89	10.415.024,67																																	
		Despesas Pagas (4)	10.811.882,89	10.415.024,67																																	
		VARIAÇÃO: Empenhada (1-2)	657.427,72	1.054.285,94																																	
		VARIAÇÃO: Liquidada (1-3)	686.514,66	1.083.372,88																																	
		VARIAÇÃO: Paga (1-4)	686.514,66	1.083.372,88																																	
			▲ 5,75%	▲ 9,23%																																	
			▲ 6,01%	▲ 9,48%																																	
			▲ 6,01%	▲ 9,48%																																	
ORIGEM DOS RECURSOS PRÓPRIOS		DESTINAÇÃO DOS RECURSOS																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Origem</th> <th>Valor (R\$)</th> <th>Proporção (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anuidades</td> <td>8.496.124,41</td> <td>78,64%</td> </tr> <tr> <td>Rendimentos</td> <td>407.596,83</td> <td>3,77%</td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td>1.431.707,37</td> <td>13,25%</td> </tr> <tr> <td>Outras Receitas</td> <td>468.147,51</td> <td>4,33%</td> </tr> </tbody> </table>		Origem	Valor (R\$)	Proporção (%)	Anuidades	8.496.124,41	78,64%	Rendimentos	407.596,83	3,77%	Serviços	1.431.707,37	13,25%	Outras Receitas	468.147,51	4,33%	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Destinação</th> <th>Valor (R\$)</th> <th>Proporção (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pessoal e Encargos</td> <td>4.116.191,25</td> <td>37,97%</td> </tr> <tr> <td>Cota-Parte</td> <td>3.053.278,05</td> <td>28,16%</td> </tr> <tr> <td>Reuniões</td> <td>948.381,36</td> <td>8,75%</td> </tr> <tr> <td>Manutenção</td> <td>2.326.260,95</td> <td>21,46%</td> </tr> <tr> <td>Investimentos</td> <td>396.858,22</td> <td>3,66%</td> </tr> </tbody> </table>			Destinação	Valor (R\$)	Proporção (%)	Pessoal e Encargos	4.116.191,25	37,97%	Cota-Parte	3.053.278,05	28,16%	Reuniões	948.381,36	8,75%	Manutenção	2.326.260,95	21,46%	Investimentos	396.858,22	3,66%
Origem	Valor (R\$)	Proporção (%)																																			
Anuidades	8.496.124,41	78,64%																																			
Rendimentos	407.596,83	3,77%																																			
Serviços	1.431.707,37	13,25%																																			
Outras Receitas	468.147,51	4,33%																																			
Destinação	Valor (R\$)	Proporção (%)																																			
Pessoal e Encargos	4.116.191,25	37,97%																																			
Cota-Parte	3.053.278,05	28,16%																																			
Reuniões	948.381,36	8,75%																																			
Manutenção	2.326.260,95	21,46%																																			
Investimentos	396.858,22	3,66%																																			
FONTES DE RECURSOS		INVESTIMENTOS																																			
RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS DE TERCEIROS	2021	146.551,00																																		
10.803.576,12	694.821,43	2022	396.858,22																																		
93,96%	6,04%	VARIAÇÃO																																			
		▲ 170,80%																																			
ANÁLISE ECONÔMICA																																					
<p>Da receita estimada em R\$ 11.426.441,14 foi efetivamente arrecadado o montante de R\$ 11.498.397,55, representando 100,63% do valor estimado. Da despesa fixada em R\$ 11.426.441,14, foi efetivamente empenhado, até 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 10.840.969,83, representando 94,88% do valor fixado. No confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas ficou evidenciado um superávit econômico no valor de R\$ 657.427,72. Origem e Aplicação dos Recursos: As fontes de recursos financeiros que financiam as atividades do Conselho estão divididas entre próprios e de terceiros, com os seguintes desdobramentos: i. Origem: Detalhamento das Categorias Econômicas "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital", com objetivo de identificar a natureza das receitas no momento em que ingressam no orçamento do Conselho Regional; ii. Aplicação dos Recursos: Indica se os recursos foram aplicados diretamente pelo Conselho ou mediante transferência para outras entidades. Em relação aos recursos próprios, 73,89% dos valores arrecadados estão vinculados às receitas de contribuições, ou seja, as anuidades de pessoas físicas e jurídicas. Se comparado com o total de recursos arrecadados, as receitas de contribuições representam 94,92%. MAIOR IMPACTO DAS DESPESAS: As despesas correntes – empenhadas atingiram R\$ 10.840.969,83 do total fixado. A maior concentração de despesa foi evidenciada no grupo "Pessoal e Encargos", que totalizou R\$ 4.116.191,25, representando 37,97% do total da execução. TRANSFERÊNCIAS DO CFM: As transferências do CFM para realização de projetos específicos (Outros Projetos (8,33%), Fiscalização, Educação Médica Continuada e Aux. Administrativo) em 2022 totalizaram R\$ 694.821,43, evidenciando uma redução de -2,57% em relação ao ano anterior. Já as despesas liquidadas totalizaram R\$ 10.811.882,89. Isto significa que R\$ 29.086,94 foram lançados em "Restos a Pagar não Processados", aqueles que foram contratados, mas não realizados. Já os restos a pagar processados, referentes as despesas que foram executadas mas não pagas, totalizaram R\$ 0.000,00 (liquidados no exercício vigente e em exercícios anteriores).</p>																																					

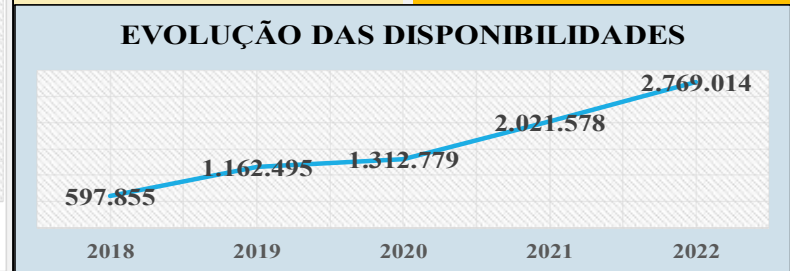
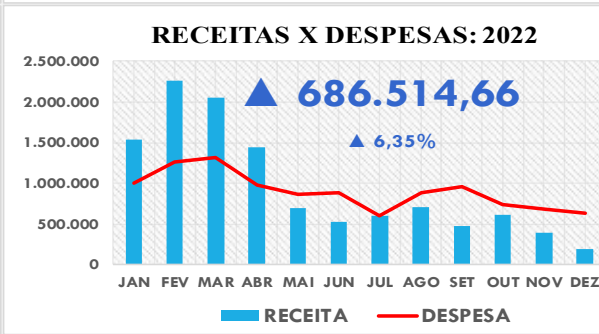
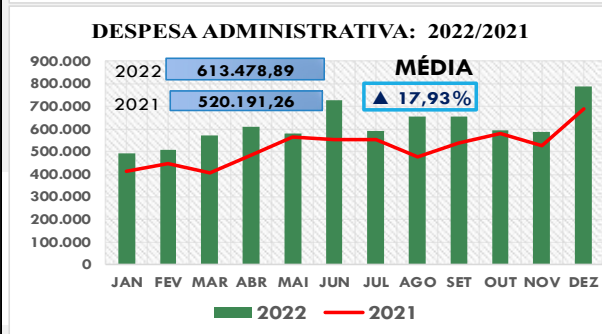


2. INDICADORES FINANCEIROS

CRM/MT Referência: **2022**



Créditos a Receber	Contas a Pagar
53.165,61	316.095,09
Disponibilidade Total	Fluxo Líquido de Caixa
2.769.014,28	2.506.084,80
Resultado Patrimonial	Capacidade de Investimento
144.232,94	1.054.285,94
LIQUIDEZ CORRENTE	▲ 8,76



EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	2021/2022	▲ 13,44%
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES	2021/2022	▲ 14,31%

2021	▲ 53,99%
2022	▲ 36,97%

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS

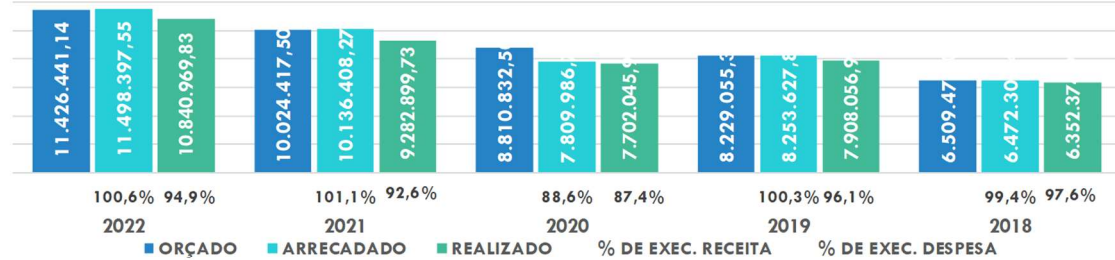
IMPACTO MENSAL DAS RECEITAS CORRENTES: O ponto mais alto de arrecadação (ordem de valores) ocorreu nos meses de fevereiro, março e janeiro, de 2022, respectivamente, representando 30,53% do total da arrecadação. E o ponto mais baixo de arrecadação ocorreu no mês de Julho de 2022, representando 5,22% do total da arrecadação. **Fluxo de Caixa:** As disponibilidades líquidas de 2021 para 2022 (disponibilidades + contas a receber – contas a pagar) aumentaram em 28,24%, passando de R\$ 1.954.146,67 para R\$ 2.506.084,80. Conforme balancete de verificação levantado em 31/12/2022, o Conselho Regional contava com R\$ 53.165,61 de créditos a receber, oriundos de fontes diversas e R\$ 316.095,09 de contas a pagar (passivo financeiro), aqui incluídas apenas as despesas que efetivamente estão comprometidas, sem a inclusão de provisões passivas. **Avaliação Patrimonial:** O Sistema Patrimonial é constituído das contas que registram as movimentações que concorrem ativa e passivamente para a formação do patrimônio do Conselho Regional, ou seja, onde são registrados os bens patrimoniais originados ou não da execução orçamentária. É registrado também no sistema patrimonial o resultado econômico do exercício. Nesse confronto verifica-se um superávit patrimonial no valor de R\$ 144.232,94, evidenciado nas notas explicativas. **Capacidade de Investimentos:** A capacidade de investimento em bens de capital, com recursos próprios, somadas às transferências do CFM, no exercício de 2022, ficou positiva em R\$ 1.054.285,94 (9,17% das receitas correntes), sem considerar os restos a pagar não processados. O indicador mede o que sobrou da arrecadação própria em 2022 (sem depender de endividamento, alienação de ativos ou auxílios do CFM para investimentos) para aquisição de bens de capital. **Liquidez Corrente** - Esse indicador mede a capacidade do Conselho para honrar seus compromissos no curto prazo. De acordo com o índice apresentado (8,76), para cada R\$ 1,00 de dívidas vencíveis no exercício seguinte, o Conselho contava com R\$ 8,76 de recursos disponíveis para honrá-los.



3. INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

CRM/MT Referência: **2022**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Recursos Próprios

10.803.576,12

Projeto 8,33%

262.220,57

Administrativo

0,00

Recursos de Terceiros

694.821,43

Projeto FISC. / EMC

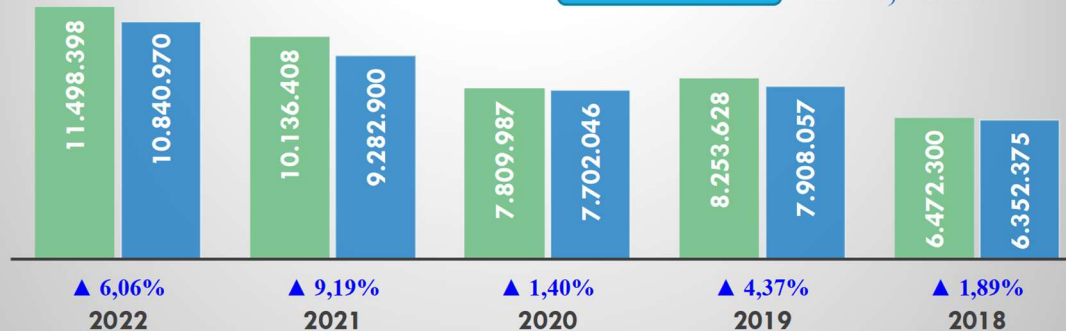
336.693 // 95.908

Investimento

0,00

RECEITAS REALIZADAS DESPESAS EMPENHADAS VAR%

MÉDIA 5 ANOS ▲ **4,95%**



R\$ 3.624.618,73



ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária (receitas correntes) apresenta-se totalmente compatível com a efetiva capacidade de arrecadação. É prudente que seja evitada possíveis superestimativa de recursos que podem inviabilizar a execução de projetos e/ou programas. A média de arrecadação, nos últimos cinco anos, em confronto com o orçado, considerando apenas as receitas correntes, foi de 98,02%. Se considerado somente o exercício de 2022 o índice foi de 100,63% indicando que os cálculos estão dentro da real capacidade de arrecadação. A média nacional (CRMs) de 2022 ficou em 97,14%. Os dados acima servem para uma reflexão e tomada de decisão em relação à próxima elaboração da proposta orçamentária. CONVÊNIOS: CRM/CFM - As prestações de contas dos valores transferidos estão em conformidade com a Instrução Normativa CFM nº 010/2020. Também em termos absolutos, nos últimos cinco anos, as despesas correntes (empenhadas) evoluíram em 65,25%, passando de R\$ 6.320.061,71, em 2018, para R\$ 10.444.111,61, em 2022. Porém, se descontada a inflação do período, medida pelo INPC, que foi de 32,97%, a evolução real das despesas correntes – empenhadas - foi de: 32,28%.



4. INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

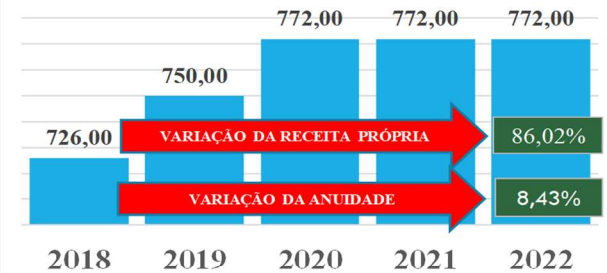
Aumento real da receita própria Líquida em cinco anos

86,02%

	2018	2019	2020	2021	2022
■ VAR% DA ANUIDADE	1,97%	3,31%	2,93%	0,00%	0,00%
■ VAR% DA RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA	6,57%	28,95%	-7,72%	36,97%	16,12%
■ VAR% AUMENTO REAL DA RECEITA	4,52%	24,82%	-10,35%	36,97%	16,12%

CRM/MT Referência: 2022

VARIAÇÃO DA ANUIDADE



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA



Avaliação da autossuficiência financeira para realização de despesas administrativas (Sim ou Não)

Critérios Utilizados	2020	2021	2022
Receita Própria Líquida	4.872.804	6.674.444	7.750.298
Despesas de Custeio	5.086.782	6.387.541	7.390.834
Resultado	-213.978	286.902	359.465
Autossuficiente (sim/não)	Não	Sim	Sim
% de	4,39%	0,00%	0,00%
Transferências do CFM	844.167	713.157	694.821
% em relação à Receita Própria	17,32%	10,68%	8,97%
% de dependência de recursos	25,35%	0,00%	0,00%

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS

A receita corrente líquida foi apurada em R\$ 8.445.119,50, que representa o somatório das receitas de contribuições, patrimoniais, de serviços, doações do CFM e outras receitas correntes, deduzidos os valores das transferências legais efetuadas ao Conselho Federal de Medicina (cota-parte). Já a receita própria líquida foi apurada em R\$ 7.750.298,07, que representa a soma das receitas correntes líquidas, deduzidos os valores das doações efetuadas pelo Conselho Federal de Medicina. Trata-se, portanto, da quantidade de recursos que efetivamente são próprios. Nos últimos cinco anos, em termos absolutos, as receitas correntes cresceram 77,66%. Se descontados os aumentos das anuidades, que foi de 8,43%, o aumento real da receita foi de 63,85%. A maior variação ocorreu no exercício de 2021 e a menor em 2020. ANÁLISE DA AUTOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: Os cálculos foram efetuados considerando a realização de todas as despesas administrativas sem a dependência de recursos financeiros do CFM e sem a utilização de superávits de exercícios anteriores. Na apresentação dos cálculos constata-se que, em 2022, o CRM foi autossuficiente para a realização das despesas administrativas, sem a utilização de recursos extras.



e) Prestação de Contas Anual

15. A prestação de contas do CRM/MT, referente ao exercício de 2022, foi analisada pela Comissão de Tomada de Contas, no qual recomendou a aprovação, conforme parecer de 27 de fevereiro de 2023.

16. Com base no artigo 24, inciso I, da Lei nº 3.268/57, de 30.9.1957, compete à assembleia geral ouvir a leitura e discutir o relatório e contas da diretoria. Para esse fim se reunirá, ao menos uma vez por ano, sendo, nos anos em que se tenha de realizar a eleição do Conselho Regional, de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias antes da data fixada para essa eleição.

17. Em decorrência da norma legal e objetivando a apreciação das contas do exercício de 2022, houve a publicação do edital de convocação da Assembleia Geral no Diário Oficial da União, nos dias 4 de janeiro e 1º de fevereiro de 2023, convocando a assembleia para o dia 28 de fevereiro de 2023, conforme determinações contidas no artigo 12 da Resolução CFM nº 2.286/2020. De acordo com ata da assembleia, a prestação de contas do CRM/MT, referente ao exercício de 2022, foi aprovada por unanimidade.

f) Conteúdo da Prestação de Contas Anual

a. Apresentação das Peças

18. Os balanços, relatórios e demonstrativos, referentes ao exercício de 2022, foram elaborados conforme os itens especificados no art. 9º da Resolução CFM nº 2.286/2020.

b. Relatório de Gestão

19. A partir da Decisão Normativa TCU nº 170/2018 passou-se a exigir a preparação e apresentação de relatório integrado para os Conselhos de Fiscalização. O principal objetivo do relatório integrado é que a alta administração

demonstre para a sociedade como as estruturas de governança funcionam para mobilizar recursos visando alcançar objetivos. Esses objetivos devem representar resultados que atendam de forma efetiva e útil às demandas da sociedade, isto é, criar valor público. Relato Integrado é uma nova forma de preparação e apresentação de relatórios corporativos, que requer que a organização pense de forma integrada e está baseado em processos de controle e gestão. A Estrutura do Relato Integrado utiliza uma abordagem baseada em princípios e abrange oito elementos de conteúdo: governança, modelo de negócio, riscos e oportunidades, estratégia e alocação de recursos, desempenho, perspectivas, além de visão organizacional e ambiente externo e base para apresentação. Suas principais características são a ênfase na integração das informações, a concisão, o foco na estratégia e no desempenho da organização, além da demonstração sobre como a governança e a alocação dos recursos contribuíram para o alcance dos resultados.

20. Neste contexto, e especialmente em relação às atividades finalísticas do Conselho Regional (fiscalização, normatização, judicante, registro, orientação/consulta e cobrança), quando da elaboração da referida peça, necessária a apresentação de indicadores, além dos valores despendidos com as ações programadas.

21. **Planejamento Estratégico Institucional:** Em decorrência das novas regras impostas pelo Tribunal de Contas da União, em especial a Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020 e a Decisão Normativa TCU nº 187/2020, de 9 de setembro de 2020, as quais regulamentam o atual modelo de Relatório de Gestão (Relato Integrado), recomendamos ao CRM/MT que continue promovendo ações com o objetivo de elaborar, executar e monitorar o **planejamento estratégico** da instituição, pois o novo modelo de apresentação da prestação de contas ao TCU tem foco específico na gestão e nos resultados. As estratégias devem ser contextualizadas de forma a permitir a identificação dos aspectos que influenciarão as decisões da gestão no nível macro, entre as quais podem ser destacadas:

- i. Contexto: político, econômico, ambiental, tecnológico e social;



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- ii. Estratégias e metas para o cumprimento da missão institucional (normatização, fiscalização e supervisão da ética profissional);
- iii. Limitações internas do Conselho, tais como: problemas de instalações, deficiências de pessoal, restrições no orçamento e nos recursos financeiros ou outras que, de forma exclusiva ou conjunta, podem levar à opção por um determinado caminho ou orientação para a gestão em detrimento de outras opções.

22. Enfim, o planejamento estratégico possibilitará ao CRM/MT traçar planos e metas com vistas ao alcance de seus objetivos.

g) Balanços e Demonstrativos

23. Analisamos o conteúdo dos balanços, relatórios e demonstrativos, referentes ao exercício de 2022 e, considerando os pontos mais relevantes, apresentamos as seguintes considerações:

24. Importante atentar-se às regras para apresentação e publicação do relatório de gestão, rol de responsáveis, balanços e notas explicativas no Portal da Transparência do CRM/MT, para fins de cumprimento das exigências legais e eventuais diligências do Tribunal de Contas da União.

h) Cadastro dos Ativos, Inadimplência e Renúncias fiscais

25. Estão representados mais adiante, através de gráficos e tabelas, indicadores de inscritos e inadimplência, a situação e a quantidade dos inscritos, além do percentual de inadimplência finalizado em **31/12/2022** e até o mês de referência, bem como a evolução anual de crescimento, considerando os últimos cinco anos, como também os valores referentes às renúncias fiscais.

a. Isenções/Renúncias Fiscais

26. Ao Conselho Federal de Medicina, amparado pela Lei nº 12.514/2011, cabe estabelecer o valor da anuidade, os descontos e os critérios de isenção, e ao Conselho Regional de Medicina efetivamente arrecadar todas as contribuições de sua competência institucional. Isto significa que cada Conselho Regional deverá explorar adequadamente a sua base tributária e, conseqüentemente, ter capacidade de estimar qual será a sua receita.

27. A renúncia de receita - ou seja, a anistia, a remissão ou a isenção em caráter não geral, que tenha como impacto a diminuição de receita - deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois exercícios seguintes, conforme Acórdãos TCU nº 398/2018 e 692/2018.

28. Este assunto também foi matéria de discussão no Acórdão TCU nº 1.925/2019-Plenário, no qual foi recomendado ao Conselho Federal de Medicina que oriente os respectivos conselhos regionais, no sentido de que adotem medidas para dar cumprimento às regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto ao disposto nos incisos I e II do art. 14.

29. Durante o exercício de 2022 foram renunciadas receitas no valor de **R\$ 694.833,87**, abrangendo os seguintes tipos: Pessoas Físicas: 1ª inscrição, médico jubilado, descontos pelo pagamento antecipado (janeiro e fevereiro), anistia e remissão; Pessoas Jurídicas: Desconto médico empresa, anistia e remissão. Na análise dos balanços, **não identificamos registros contábeis dessas operações.**

30. Para todos os casos acima necessária a formalização dos processos, indicando as circunstâncias e a base legal para cada renúncia fiscal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive com demonstração dos valores renunciados em relatório de impacto orçamentário-financeiro e a devida mensural



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

de quantidades e valores em notas explicativas e principalmente **evidenciar todas as operações nos registros contábeis, desde a previsão inicial de renúncia até os ajustes no final do exercício.**

b. Procedimentos para tratamento da Inadimplência

31. Os Conselhos Regionais de Medicina devem promover todos os meios legais para o recebimento dos créditos fiscais inadimplidos, decorrentes de anuidades e multas de pessoas físicas e jurídicas.

32. Os mecanismos de cobrança e ajuizamento dos créditos são os seguintes:

I. INSCRIÇÃO E EXECUÇÃO NA DÍVIDA ATIVA: *A inscrição do débito na dívida ativa da autarquia, e sua subsequente cobrança judicial, alcança todos os médicos e empresas inadimplentes, independentemente da modalidade de inscrição que possuam no Conselho Regional de Medicina, e obedece ao seguinte critério: **Lei nº 12.514/2011:** Art. 8º Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º desta Lei, com valor total inferior a 5 (cinco) vezes o constante do inciso I do **caput** do art. 6º desta Lei, observado o disposto no seu § 1º. [\(Redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#) § 1º O disposto no **caput** deste artigo não obsta ou limita a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa. [\(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021\)](#)*

II. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO: *Art. Fica facultado aos Conselhos Regionais de Medicina instituir o Programa de Parcelamento de Créditos Fiscais Inadimplidos dos Conselhos de Medicina, destinado a promover a regularização de créditos ajuizados em dívida ativa. § 1º O ingresso no Programa de Parcelamento de Créditos*

Fiscais Inadimplidos dar-se-á por opção escrita de pessoa natural ou jurídica inscrita nos quadros dos Conselhos de Medicina. O participante fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere este artigo, seja por meio de mutirões de conciliação na Justiça Federal ou diretamente na tesouraria dos Conselhos Regionais de Medicina de cada unidade da Federação. § 2º O parcelamento do débito poderá ser solicitado pelo interessado até o último dia útil do mês de dezembro de 2021 e poderá ocorrer em até 12 (doze) vezes, desde que o valor da parcela não seja inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

III. PROTESTO: *os Conselhos Regionais de Medicina são autorizados a encaminhar as Certidões de Dívida Ativa para o protesto extrajudicial por falta de pagamento, nos termos do Parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 12.767/2012.*

IV. PARCELAMENTO - *Os débitos em atraso, referentes a exercícios anteriores, dos médicos inscritos e das empresas registradas no Conselho Regional de Medicina da respectiva jurisdição podem ser parcelados em até 12 (doze) vezes e serão consolidados na data do vencimento da primeira parcela, acrescidos de multa e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados de acordo com a regra pro rata die, e os demais vencimentos com intervalo de 30 (trinta) dias.*

33. A média nacional de inadimplência, conforme último estudo realizado pelo CFM foi de 13,42% para as pessoas físicas e 18,88% para as pessoas jurídicas. Note-se, mais adiante, que os índices apresentados pelo CRM/MT estão amparados pela média nacional.

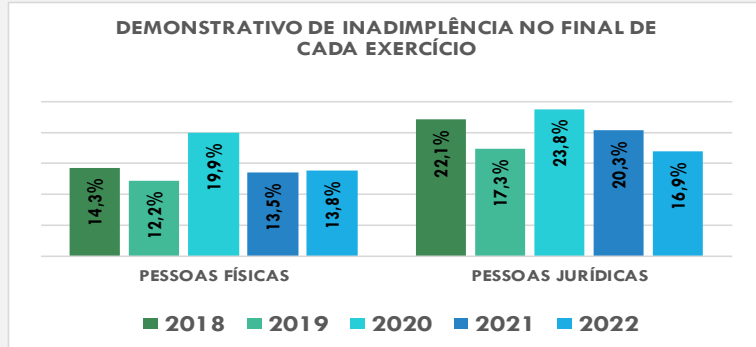
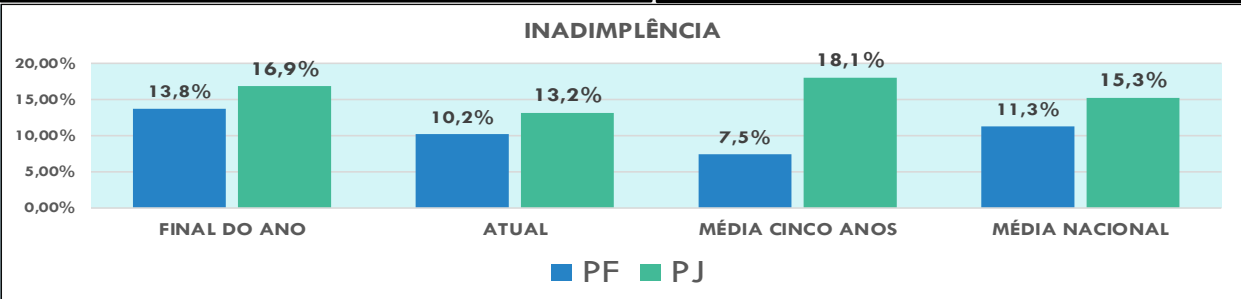
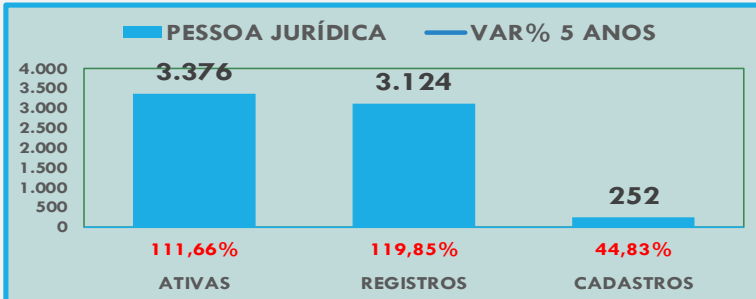
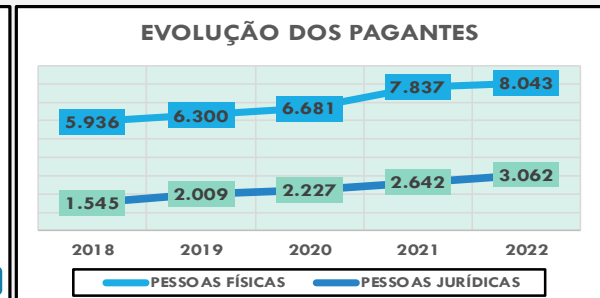
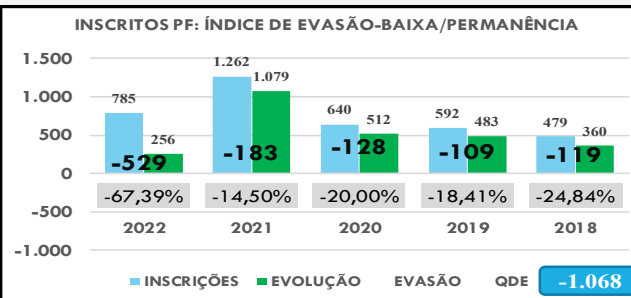
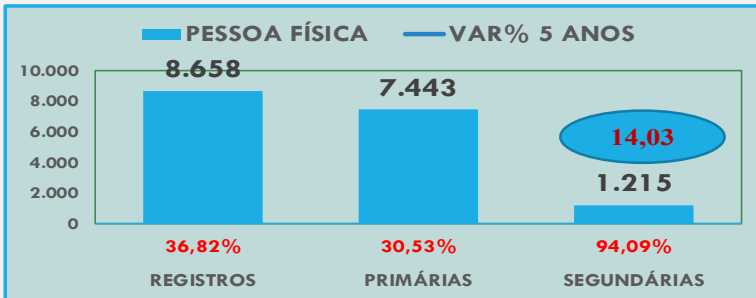
34. Apresentamos alguns números relacionados a este item, de forma consolidada:



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

5. INDICADORES DE INSCRITOS E INADIMPLÊNCIA

CRM/MT Referência: **2022**



Renúncia Fiscal — VAR% RECEITA CORRENTE: **6,04%**

	Médicos Jubilados	Anistia/Remissão	1ª Inscrição Médico	Desconto Pag. Antecipado	Desconto Pessoa Jurídica
Renúncia Fiscal	450.848,00	34.580,83	136.644,00	54.850,64	17.910,40
VAR%	20,69%	2,06%	27,82%	48,41%	1,03%
Qde	584	58	785	1.366	29
VAR%	64,89%	4,98%	19,67%	7,89%	2,58%

AVALIAÇÃO DOS INSCRITOS E DA INADIMPLÊNCIA

Ativos: De acordo com a média nacional, o percentual de crescimento dos ativos apresenta-se da seguinte forma: Pessoa física [média nacional] 0,00% Média [CRM] 7,47%; Pessoa Jurídica [média nacional] 0,00% Média [CRM] 3,05%. **Inadimplência:** A média nacional de inadimplência, conforme último estudo realizado pelo CFM, foi calculada em 11,33% para as pessoas físicas e 15,28% para as pessoas jurídicas. Índices apresentados pelo CRM: [Pessoa física] = 18,13% [Pessoa Jurídica] = 14,74%. **Renúncia de Receita:** Durante o exercício foram renunciadas receitas no valor total de R\$ 694.833,87, representando 8,23% da receita corrente líquida.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

III. ANÁLISE DOS ATOS DE GESTÃO

35. Analisamos, eletronicamente, os atos de gestão realizados durante os meses de fevereiro, julho e dezembro de 2022, além dos suprimentos de fundos e alguns processos de licitação, que estão detalhados no item específico deste relatório. Após as análises, apresentamos as seguintes considerações:

a) Volume de Recursos Fiscalizados

36. O volume de recursos fiscalizados totalizou **R\$ 2.507.637,01**, referente aos meses mencionados, que serviram de base para os testes de observância a fim de expressar a nossa opinião. Os trabalhos de auditoria não contemplam a totalidade das transações ocorridas; ele é efetuado com base em testes de amostragens para concluir sobre o universo das transações ocorridas. O volume de recursos fiscalizados refere-se ao valor de todos os pagamentos realizados no período indicado, especialmente quanto à formalização dos processos e a legitimidade da documentação, ou seja, o controle da legalidade e da economicidade, representando **23,13%** do total da execução da despesa orçamentária (**R\$ 10.840.969,83**), conforme demonstrativo abaixo:

VOLUME DOS RECURSOS MOVIMENTADOS			10.840.969,83
VOLUME DOS RECURSOS FISCALIZADOS			
MESES ANALISADOS	FEVEREIRO	1.267.407,44	23,13%
	JULHO	607.141,89	
	DEZEMBRO	633.087,68	
	TOTAL	2.507.637,01	

37. O controle da legalidade refere-se ao exame de adequação da gestão financeira ao orçamento e às normas gerais da administração pública. Já o Controle da economicidade significa análise da eficiência na gestão financeira e na execução orçamentária, consubstanciada na minimização de custos e gastos e na maximização das receitas.

b) Movimentação Financeira

a. Quanto à movimentação bancária

38. Ao analisarmos o controle dos recursos financeiros, observamos que o CRM/MT aplica suas disponibilidades financeiras no mercado de capital na forma determinada pelo Decreto-Lei nº 1.290/73 e pelo Decreto nº 93.872/86, ou seja, somente em instituições financeiras oficiais. Em relação às modalidades previstas, citamos a última decisão do Tribunal de Contas da União, nos seguintes termos:

“Acórdão n.º 3/2003 - Plenário Sessão: 22/1/2003

Aprovação: 29/1/2003 DOU: 5/2/2003

Considerando que os conselhos são autarquias federais que arrecadam e gerenciam recursos utilizados na fiscalização das atividades de profissões regulamentadas no interesse público...; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 32, inciso I, da Lei nº 8.443/92, em: 9.1 conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Conselho Federal de Contabilidade, como parte interessada do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial; 9.2 reformar a decisão recorrida (Relação nº 67/98 TC 575.350/1997-Ata nº 29/98, Sessão de 03.09.98), substituindo a determinação original pela seguinte: determinar ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro que: a) observe os princípios da administração Pública nas aplicações de suas disponibilidades financeiras; b) movimente contas correntes e efetue aplicações financeiras preferencialmente em papéis de renda fixa lastreados em títulos do Tesouro Nacional, depósitos a prazo fixo ou caderneta de poupança, por intermédio das instituições financeiras oficiais Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, na forma do § 3º do art. 164 da constituição Federal, evitando aplicações em papéis de renda variável, a exemplo de ações, fundos, opções, Swaps e outros derivativos dos mercados ‘a termo’ e ‘futuro’, dentre outros papéis que possam pôr em risco os rendimentos e/ou as disponibilidades do conselho...”

b. Quanto ao controle das receitas

39. Os recursos arrecadados são provenientes de anuidades, taxas e emolumentos, aplicações financeiras e subvenções do Conselho Federal de



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Medicina, conforme disciplinados pela Lei nº 12.514/2011 e regulamentados pela Resolução CFM nº 2.298/2021.

40. A soma dos relatórios emitidos pelo Sistema de Arrecadação do CRM/MT, que demonstram o total de baixas efetuadas em 2022, apresenta uma pequena divergência entre os registros contábeis. O quadro geral indica que, em relação aos valores efetivamente recebidos, o sistema de arrecadação do CRM/MT diverge em **R\$ 582,53**, considerados irrelevantes em relação ao total arrecadado (**0,006% do total de recursos**), conforme quadro abaixo:

VALORES DEMONSTRADOS PELO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO			
ANUIDADES E EMOLUMENTOS	PESSOAS FÍSICAS E JURIDICAS		10.406.367,38
OCORRÊNCIAS			
Outras Ocorrências	Créditos a Classificar	2021 (+)	57.893,96
		2022 (-)	-67.699,52
	TOTAL		-9.805,56
Resultado			10.396.561,82
Valor Contabilizado			10.395.979,29
Inconsistência Apurada			582,53
Variação			0,006%

c) Execução das Despesas

a. Despesas normais

41. O pagamento da despesa somente será efetuado, quando ordenado, após sua regular liquidação. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. A fase de liquidação deve comportar a verificação *in loco* do

cumprimento da obrigação por parte do contratante, conforme preveem os artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64 e toda execução de despesa orçamentária precisa ter correlação com as atividades básicas da entidade.

42. Os atos de gestão, ou seja, todo e qualquer ato administrativo que importe alteração de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, são de responsabilidade dos ordenadores de despesas, que por sua vez é a autoridade competente para emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou despêndio de recursos.

43. De acordo com § 2º do art. 5º da Resolução CFM nº 2.063, de 12 de dezembro de 2013, que fixa as regras para elaboração e formalização da proposta orçamentária dos conselhos de medicina e dá outras providências, “toda despesa deve estar previamente definida e autorizada pelos ordenadores de despesas e a nota de empenho constitui peça necessária para a formalização do processo de realização de despesa, estando facultada a inclusão da nota de liquidação e baixa de pagamento.” É bom frisar que a Lei nº 4.320/1964, no art. 60, diz que “*É vedada a realização de despesa sem prévio empenho*” e no art. 58 “*O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*”.

44. Frise-se a necessidade da adequada guarda dos documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo CRM/MT, em observância ao disposto na Constituição Federal/1988, art. 70, parágrafo único; no Decreto-Lei nº 200/1967, art. 77; na Lei 4.320/1964, art. 63; na Instrução Normativa-TCU 84/2020, art. 34; Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP) Estrutura Conceitual, Capítulos 2-3 e Resolução CFM nº 2.286/2020, art. 17.

d) Quota-Parte do CFM

45. Por meio da Resolução CFM nº 2.298, de 26 de agosto de 2021, ficou determinado que a cobrança das anuidades, referente ao exercício de 2022, fosse efetuada por meio de um sistema onde a quota-parte do CFM seja automaticamente creditada em conta bancária.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

46. Durante o exercício foram empenhadas transferências, referentes a cota-parte do CFM, no valor total de **R\$ 3.053.278,05**.

47. Verificamos que os valores provisionados durante o exercício de 2022, referentes remessas periódicas de cota-parte são compatíveis com a arrecadação, conforme abaixo:

Receitas Incidentes	Valor Arrecadado	Cota-Parte CFM
Anuidades	8.496.124,41	2.832.041,47
Cédulas e Carteiras	196.478,22	65.492,74
Juros e Multas	420.334,88	140.111,63
Outras Receita	47.812,63	15.937,54
Total	9.160.750,14	3.053.583,38

e) Dívida Ativa

48. A inscrição na Dívida Ativa é um ato jurídico que visa legitimar a origem do crédito em favor da Autarquia, revestindo o procedimento dos necessários requisitos jurídicos para as ações de cobrança.

49. De acordo com o parágrafo 3º do artigo 2º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, cabe ao órgão competente apurar a liquidez e certeza dos créditos, qualificando a inscrição como ato de controle administrativo da legalidade.

50. A partir da Resolução CFM nº 1.979/2011, que fixa as anuidades e taxas para o exercício de 2012 – atualizada anualmente - foram estabelecidas novas regras para inscrição e execução dos créditos na dívida ativa, em função da Lei nº 12.514/2011, de 28 de outubro de 2011. O art. 22 da Resolução CFM nº

2.298/2021, (vigente a partir de 26/08/2021) definiu as regras e valores para a cobrança das anuidades e taxas para o exercício de 2022, que assim determina:

“Art. 17 A inscrição do débito na dívida ativa da autarquia, e sua subsequente cobrança judicial, alcança todos os médicos e empresas inadimplentes, independentemente da modalidade de inscrição que possuam no Conselho Regional de Medicina, e obedece ao seguinte critério:

*I - Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a **cinco vezes** o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente, conforme exigência da Lei Federal nº 12.514/11.*

II - A título de racionalização e economicidade na ação administrativa, com base no inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 7º, incisos I e II da Lei nº 12.514/2011, com redação dada pela Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e com vistas a evitar que o custo da cobrança dos créditos oriundos da dívida ativa seja superior ao valor da importância a ser recebida, fica facultado aos Conselhos Regionais de Medicina, após apresentação de estudos técnicos, jurídicos e econômicos, propor a extinção de processos que ainda estejam em andamento, ou quando o valor a ser recuperado for menor que o valor dos custos para a realização da cobrança, com a devida formalização e aprovação dos ordenadores de despesas, visando, principalmente, o interesse público e a eficiência na gestão orçamentária.”

51. INÍCIO O PRAZO DECADENCIAL E PRESCRICIONAL DAS ANUIDADES DEVIDAS AOS CONSELHOS REGIONAIS. DESPACHO COJUR CFM Nº 96/2022 - (Aprovado em Reunião de Diretoria do CFM em 24/02/2022). **a) Decadência:** *Inicialmente, é relevante observar que a anuidade cobrada por Conselhos Fiscalização Profissional é fonte de receita cujo fato gerador é a inscrição do indivíduo/sociedade profissional em função do potencial abstrato destes atuarem na área objeto de regulação durante o exercício (anual). Ao final, a possibilidade de cobrança de contribuições anuais daquela categoria é mecanismo de custeio para o cumprimento da função fiscalizatória pelo Conselho Profissional, conforme se extrai do artigo 4º, II, da Lei nº 12.514/2011. Além disso, importante anotar que a contribuição para conselho de fiscalização é tributo cujo lançamento é efetuado de ofício pelo respectivo Conselho, isto é,*



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

independe de ação do fiscalizado/contribuinte. Nesse sentido, o Código Tributário Nacional, no artigo 173, prevê que o prazo decadencial de 5 (cinco) para os tributos cujo lançamento seja realizado de ofício é iniciado "do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado". Exemplificando, se o fato gerador é a anuidade de 2020. O Conselho poderá lançar o tributo até 1º.1.2026. **Logo, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário referente à contribuição para os conselhos profissionais é de 5 (cinco) anos contados do primeiro dia ao exercício seguinte a que já poderia o Conselho ter efetuado o lançamento e cobrança, nos termos do artigo 173 do CTN;** **b) Prescrição:** Por outro lado, a prescrição configura a perda da possibilidade de cobrança da anuidade do contribuinte. No campo do direito tributário, não só extingue a pretensão de cobrança, mas também o próprio crédito, conforme expressamente disposto no artigo 156, V, do CTN. Isto é, a prescrição é a perda do direito pela inércia de seu titular. No caso das anuidades, o artigo da Lei nº 12.514/2011, com redação dada pela Lei nº 14.195/2021, dispõe que: "os Conselhos não executarão judicialmente dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º desta Lei, com valor total inferior a 5 (cinco) vezes o constante do inciso I do caput do art. 6º desta Lei, observado o disposto no seu § 1º (para profissionais de nível superior: até R\$ 500,00 (quinhentos reais)". Assim, como só é possível o ajuizamento de execução fiscal para cobrança da contribuição quando esta superar o valor de 5 (cinco) anuidades, o Superior Tribunal de Justiça já definiu que o prazo prescricional de 5 (cinco) anos só terá início quando a soma da quantia devida alcançar o mínimo legal para cobrança, posto que só a partir daquele momento é autorizado ao Órgão Fiscalizador exigir o recebimento de seu crédito. **Portanto, o prazo prescricional de 5 (cinco) anos só terá início quando a soma da quantia devida pelo contribuinte alcançar o mínimo legal para cobrança de 5 (cinco) anuidades, posto que só a partir daquele momento é autorizado ao Conselho exigir o recebimento de seu crédito.** **CONCLUSÃO:** Pelo exposto, conclui-se que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário referente à contribuição para os conselhos profissionais é de 5 (cinco) anos contados do primeiro dia ao exercício seguinte a que já poderia o Conselho ter efetuado o lançamento e cobrança, nos termos do

artigo 173 do CTN. **O prazo prescricional de 5 (cinco) anos, por sua vez, só terá início quando a soma da quantia devida pelo contribuinte alcançar o mínimo legal para cobrança de 5 (cinco) anuidades, posto que só a partir daquele momento é autorizado ao Conselho exigir o recebimento de seu crédito.**

52. Devido ao alto volume de recursos financeiros envolvidos, tornam-se necessárias ações efetivas para inscrição, execução e cobrança dos créditos inadimplidos, conforme critérios estabelecidos na Lei nº 12.514/2011 e na Resolução CFM nº 2.298/2021, especialmente com a utilização de sistema informatizado que possa controlar e gerenciar os créditos inscritos (administrativo) e executados na dívida ativa, a fim de aumentar a taxa de retorno das cobranças que nos últimos cinco ficou, na **média**, em **23,18%**.

53. É bom frisar que o parágrafo 1º do art. 2º da Lei nº 6.830/80 registra que "qualquer valor cuja cobrança seja atribuída por lei" à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e respectivas autarquias "será considerado dívida ativa da Fazenda Pública". A Lei nº 4.320/64 – que estatui normas de direito financeiro –, outrossim, define que os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não-tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos como Dívida Ativa, após apurada a respectiva liquidez e certeza (art. 39, caput, e § 2º). Os conceitos fixados em lei, portanto, são suficientes para concluirmos que, constatando o administrador a existência de alguma irregularidade na aplicação de verbas públicas, deve imediatamente adotar as providências necessárias ao seu ressarcimento, sem prejuízo da tomada de contas (quando cabível); essa providência será a apuração da liquidez e certeza do crédito, para a sua devida inscrição em dívida ativa. Impõe-se, pois, à autoridade diligenciar a instauração de processo administrativo destinado a apurar a mencionada liquidez e certeza do crédito, com o devido acompanhando do Setor Jurídico do CRM/MT.

54. Apresentamos alguns números relacionados aos devedores, bem como o perfil e taxa de recuperabilidade dos créditos do CRM/MT:



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Débitos Pendentes: Pessoas Físicas - Período: 2012/2022										DADOS COLETADOS EM:		18/07/2023						
PERFIL DOS DEVEDORES: PESSOA FÍSICA - TOTAL DA DÍVIDA: R\$ 3.653.557,85										POSIÇÃO EM:		19/07/2023						
INDICADORES							ÍNDICE DE RECUPERABILIDADE DOS CRÉDITOS											
POSSÍVEIS PRESCRIÇÕES (sem considerar as execuções fiscais)			DÉBITOS/PESSOAS				CRITÉRIO		QDE/VALORES	%	AVALIAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO - PROBABILIDADE DE RECEBIMENTO (%)							
DÉBITOS	QDE	VALOR	QDE		VALOR	VAR%	ALTA	814	66,94%	Alta		> 60						
	1.750	1.349.614,69	Nº	1.216	3.653.557,85									MÉDIA	50	4,11%		
2012	125	114.722,49	1	385	759.239,56	20,78%	BAIXA	352	28,95%	Média		> 40	< 60					
2013	171	135.858,61	2	92	239.500,37	6,56%	ALTA	2.459.858	67,33%			Baixa		< 40				
2014	202	157.228,12	3	150	430.496,13	11,78%	MÉDIA	311.950	8,54%	A classificação de risco de recuperação de crédito é um processo que tem como objetivo atribuir aos devedores de anuidades uma taxa que reflita o seu risco de inadimplência e estabelecer padrões de comparação que possam proporcionar aos Ordenadores de Despesas uma possível tomada de decisão. De forma genérica, pode-se dizer que a avaliação do risco de inadimplência é oferecer mais um mecanismo para aperfeiçoar o processo de gestão financeira dos Conselhos de Medicina. CRITÉRIOS: Alta recuperabilidade = taxa maior que 60%; Média recuperabilidade = taxa maior que 40% e menor que 60%; Baixa recuperabilidade = taxa menor que 40%.								
2015	269	183.978,06	4	80	270.940,64	7,42%	BAIXA	881.750	24,13%									
2016	318	218.826,99	5	85	324.873,94	8,89%												
2017	360	258.232,69	6	96	367.993,78	10,07%												
2018	411	278.611,28	7	105	429.092,98	11,74%												
2019	0	0,00	8	80	315.284,96	8,63%												
2020	0	0,00	9	71	241.530,24	6,61%												
2021	0	0,00	10	50	215.138,39	5,89%												
2022	0	0,00	11	22	59.466,87	1,63%												
36,94%			12	0	0,00	0,00%												
			13	0	0,00	0,00%												
PARCELAMENTOS:			145		EM ATRASO		108	74%	APTOS A SEREM ENCAMINHADOS À EXECUÇÃO FISCAL									
					MAIOR ATRASO		122	MESES	Sem considerar as prescrições		250		R\$ 2.277.362,29					
ANOS	VALORES								QUANTIDADES DE PESSOAS				1.216		INADIMPLÊNCIA			
	PF	JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL		678.277,41		MULTA ELEITORAL	PC	TOTAL	VAR%	PF	JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL		556		MULTA ELEITORAL	PC	15,06%	
		ADMINIST.	EXECUTIVA	CARTORIAL	RPP						ADM.	EXEC.	CART.	RPP			MÉDIA	
	2.514.954,91	430.387,95	247.889,47	0,00	0,00	61.520,47	398.805,05	3.653.557,85		2.393	348	208	0	0	786	499	PAGANTES	4,29%
68,84%	11,78%	6,78%	0,00%	0,00%	1,68%	10,92%	100,00%		56,52%	8,22%	4,91%	0,00%	0,00%	18,56%	11,79%			
2012	78.657,71	0,00	70.073,25	0,00	0,00	0,00	12.627,10	161.358,07	4,42%	66	0	59	0	0	0	14	3.969	3,149%
2013	87.183,45	0,00	81.291,34	0,00	0,00	0,00	13.422,24	181.897,03	4,98%	73	0	68	0	0	0	14	4.302	3,278%
2014	116.117,31	0,00	79.467,59	0,00	0,00	7.273,47	17.669,81	220.528,18	6,04%	97	0	67	0	0	113	21	4.520	3,628%
2015	55.972,80	116.589,22	13.335,39	0,00	0,00	0,00	22.376,40	208.273,81	5,70%	47	97	11	0	0	0	25	4.892	3,168%
2016	64.512,93	143.189,76	3.721,90	0,00	0,00	0,00	31.597,56	243.022,15	6,65%	52	116	3	0	0	0	38	5.336	3,205%
2017	73.795,95	170.608,96	0,00	0,00	0,00	0,00	47.292,87	291.697,78	7,98%	58	135	0	0	0	0	55	5.714	3,378%
2018	278.782,63	0,00	0,00	0,00	0,00	24.727,00	52.571,99	356.081,62	9,75%	231	0	0	0	0	313	63	6.012	3,842%
2019	287.990,31	0,00	0,00	0,00	0,00	29.520,00	52.390,41	369.900,73	10,12%	249	0	0	0	0	360	62	6.433	3,871%
2020	367.686,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.228,59	425.915,10	11,66%	339	0	0	0	0	0	74	6.887	4,922%
2021	400.269,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.144,44	451.413,57	12,36%	401	0	0	0	0	0	71	7.892	5,081%
2022	703.986,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.483,63	743.469,81	20,35%	780	0	0	0	0	0	62	8.074	9,661%



Débitos Pendentes: Pessoas Jurídicas - Período: 2012/2022

DADOS COLETADOS EM: 18/07/2023

PERFIL DOS DEVEDORES: PESSOAS JURÍDICAS - TOTAL DA DÍVIDA: R\$ 2.498.913,99

POSIÇÃO EM: 21/07/2023

INDICADORES							ÍNDICE DE RECUPERABILIDADE DOS CRÉDITOS									
POSSÍVEIS PRESCRIÇÕES (considerando as execuções fiscais) e 1ª faixa			ANUIDADES				CRITÉRIO	QDE/VALORES	%	AVALIAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO - PROBABILIDADE DE RECEBIMENTO (%)						
DÉBITOS	QDE	VALOR	QDE		VALOR	%	ALTA	429	75,53%	Alta		> 60				
	591	819.860,84	Nº	568	2.498.913,99											
2.012	38	55.334,03	1	210	247.011,16	9,88%	MÉDIA	31	5,46%	Média		> 40	< 60			
2.013	48	68.065,05	2	95	240.310,36	9,62%	BAIXA	108	19,01%			Baixa		< 40		
2.014	54	81.413,73	3	83	342.664,56	13,71%	ALTA	1.434.975	57,42%	<p>A classificação de risco de recuperação de crédito é um processo que tem como objetivo atribuir aos devedores de anuidades uma taxa que reflita o seu risco de inadimplência e estabelecer padrões de comparação que possam proporcionar aos Ordenadores de Despesas uma possível tomada de decisão. De forma genérica, pode-se dizer que a avaliação do risco de inadimplência é oferecer mais um mecanismo para aperfeiçoar o processo de gestão financeira dos Conselhos de Medicina. CRITÉRIOS: Alta recuperabilidade = taxa maior que 60%; Média recuperabilidade = taxa maior que 40% e menor que 60%; Baixa recuperabilidade = taxa menor que 40%.</p>						
2.015	77	99.914,88	4	48	288.804,45	11,56%	MÉDIA	252.508	10,10%							
2.016	88	121.142,84	5	40	301.150,78	12,05%	BAIXA	811.431	32,47%							
2.017	116	184.272,81	6	31	303.764,52	12,16%										
2.018	170	209.717,50	7	22	223.513,02	8,94%										
2.019	0	0,00	8	12	123.809,33	4,95%										
2.020	0	0,00	9	8	120.559,85	4,82%										
2.021	0	0,00	10	7	154.529,18	6,18%										
2.022	0	0,00	11	12	152.796,80	6,11%										
32,81%			12	0	0,00	0,00%										
PARCELAMENTOS:			28	EM ATRASO	21	75%	APTOS A SEREM ENCAMINHADOS À EXECUÇÃO FISCAL									
				MAIOR ATRASO	83	MESES	Sem considerar as prescrições		124		R\$ 1.323.884,37					
ANO/ TIPO	VALORES						QUANTIDADES DE PESSOAS				568		INADIMPLÊNCIA			
	PJ	JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL				0,00	TOTAL	PJ	JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL				PC	TOTAL	19,78%	
		ADMINIST.	EXECUTIV A	CARTÓRIO	RPP	PC			ADM.	EXEC.	CART.	RPP			MÉDIA	
	2.335.623,76	0,00	0,00	0,00	0,00	163.290,23	2.498.913,99	1.593	0	0	0	0	0	158	1.751	PAGANTES
93,47%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,53%		90,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	9,02%				
2012	70.073,67	0,00	0,00	0,00	0,00	966,53	71.040,20	47	0	0	0	0	1	48	524	9,16%
2013	76.167,28	0,00	0,00	0,00	0,00	3.384,33	79.551,60	50	0	0	0	0	3	53	611	8,67%
2014	90.189,57	0,00	0,00	0,00	0,00	975,09	91.164,66	58	0	0	0	0	1	59	686	8,60%
2015	106.526,89	0,00	0,00	0,00	0,00	4.652,90	111.179,79	69	0	0	0	0	5	74	779	9,50%
2016	127.287,77	0,00	0,00	0,00	0,00	4.765,45	132.053,22	79	0	0	0	0	5	84	893	9,41%
2017	195.596,84	0,00	0,00	0,00	0,00	4.448,68	200.045,52	112	0	0	0	0	6	118	1.036	11,39%
2018	223.342,40	0,00	0,00	0,00	0,00	16.101,59	239.443,99	140	0	0	0	0	14	154	1.247	12,35%
2019	258.842,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.537,84	284.379,84	161	0	0	0	0	21	182	1.667	10,92%
2020	337.106,47	0,00	0,00	0,00	0,00	33.929,42	371.035,89	219	0	0	0	0	29	248	1.950	12,72%
2021	383.255,80	0,00	0,00	0,00	0,00	38.330,48	421.586,28	278	0	0	0	0	37	315	2.343	13,44%
2022	467.235,08	0,00	0,00	0,00	0,00	30.197,93	497.433,00	380	0	0	0	0	36	416	2.872	14,48%



6. INDICADORES DÍVIDA ATIVA

CRM/MT Referência: **2022**

Total de Devedores	Qde de débitos em atraso	Qde Executado	Total Executado
4.102.957,56 Cinco Anos	3.558 Cinco Anos	208	247.889,47
Total contabilizado	Provisão para Perdas	Qde Inscrito	Total Inscrito
4.780.915,55	2.220.957,36	348	430.387,95
		Qde Protestado	Total Protestado
		0	0,00

Valor Recebido: Média anual da Taxa de Retorno (Adm. e Exec. 5 anos)
13,62%

Taxa de Retorno - exercício vigente - Dívida Ativa e Cobrança administrativa

23,18%



TAXA DE RECUPERABILIDADE DOS CRÉDITOS INADIMPLIDOS

	ALTA	MÉDIA	BAIXA	Σ_GERAL
VALORES	3.894.139	564.356	1.692.875	6.151.369
VAR% VLR	63,31%	9,17%	27,52%	100%
QDE	1.243	81	460	1.784
VAR% QDE	69,67%	4,54%	25,78%	100%

PF **R\$ 3.653.558**
 PJ **R\$ 2.497.811**

MODELO PARA INDICAÇÃO DE ÍNDICE DE RECUPERABILIDADE DOS CRÉDITOS

EX - EXERCÍCIO ATUAL =	ÍNDICES	PESO
Xa = EX-1 2022	X1 = 1*(1+0%)	1
Xb = (Xa-1) 2021	X2 = 2*(1+10%)	2,2
Xc = (Xb-1) 2020	X3 = 3*(1+20%)	3,6
Xd = (Xc-1) 2019	X4 = 4*(1+30%)	5,2
Xe = (Xd-1) 2018	X5 = 5*(1+40%)	7
Xf = (Xe-1) 2017	X6 = 6*(1+100%)	12
Xg = (Xf-1) 2016	X7 = 7*(1+200%)	21
Xh = (Xg-1) 2015	X8 = 8*(1+300%)	32
Xi = (Xi-1) 2014	X9 = 9*(1+400%)	45
Xj = (Xi-1) 2013	X10 = 10*(1+500%)	60
Xk = (Xj-1) 2012	X11 = 11*(1+600%)	77

AVALIAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

$$RISCO = \sqrt{\sum \text{índices}}$$

$$TAXA = \frac{100,01 - (\text{risco} * 100)}{\text{maior risco}}$$

CRITÉRIOS

Alta	> 60
Média	> 40 < 60
Baixa	< 40

CRITÉRIOS PARA MENSURAÇÃO DOS CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA

Os valores lançados como Dívida Ativa, pela própria natureza, carregam consigo um grau de incerteza com relação ao seu recebimento. Especialmente para o caso dos Conselhos de Medicina, a relação entre o valor registrado no Ativo e o valor recebido ano a ano é pequeno, permitindo concluir-se que apenas essa parcela do valor contabilizado é efetivamente realizada. No entanto, esses créditos inadimplidos figuram no Ativo da Entidade, ainda que no longo prazo, influenciando qualquer análise que se pretenda sobre os demonstrativos contábeis consolidados. Em atendimento aos Princípios da Oportunidade e da Prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da Entidade. Recomendamos a realização de estudos para definição das seguintes situações: a) créditos com baixa dificuldade de recuperação; b) créditos com média dificuldade de recuperação e; c) créditos com alta dificuldade de recuperação. Para esse fim poderá ser utilizado os estudos apresentados neste relatório. Critérios para o cálculo do índice de recuperabilidade dos créditos, referentes aos exercícios de 2012 a 2022: Foram atribuídos pesos de 1 a 11, respectivamente para cada exercício, acrescidos progressivamente de percentuais, proporcionalmente ao ano da dívida. O resultado dos índices variou entre 1,00 e 16,3095 para as pessoas físicas e jurídicas, com as seguintes considerações: índices utilizados para definição do risco de Recuperabilidade dos créditos: alta recuperabilidade <valores com índices acima de 60%>, média recuperabilidade <valores com índices entre 40% e 60%> e baixa recuperabilidade <valores com índices abaixo de 40%>.



f) Diária, Jeton e Auxílio de Representação.

55. De acordo com a **Resolução CRM/MT nº 01/2021**, de 16 de fevereiro de 2021, foram estabelecidos os critérios e valores para as diárias, jetons e auxílios de representação aos conselheiros e funcionários quando da realização de serviços ou atividades institucionais, conforme quadro a seguir:

Valores Estabelecidos na Resolução CRM-MT nº 01/2021				
Diárias	Beneficiário	Critérios		Tipo/Valor
	Conselheiro	Estadual		R\$ 733,00
		Interestadual		R\$ 979,00
	Funcionários e assessores	Estadual		R\$ 396,00
Interestadual		R\$ 604,00		
Jeton	Beneficiário	Qde	Valor	
	Conselheiro	22/mês	R\$ 357,00	
Auxílio de Representação	Conselheiro	22/mês	R\$ 217,00	

56. De acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, as verbas destinadas a conselheiros e convidados, estão restritas às seguintes modalidades:

- Diárias:** destina-se à cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e deslocamentos urbanos por ocasião de afastamentos entre Municípios;
- Auxílio de representação:** destina-se à indenização dos custos incorridos pelos conselheiros para a execução de atividades de interesse do conselho, indelegáveis a terceiros;
- Jeton:** corresponde ao pagamento pela presença de conselheiro em reuniões de deliberação coletiva.

57. O Conselho Federal de Medicina, respaldado pela Lei nº 11.000/2004, editou a Resolução CFM nº 2.175/2017, de 14/12/2017, com alterações posteriores, que regulamentou a matéria a partir do exercício de 2017.

58. Em relação à regulamentação dos valores pelo CRM/MT e a formalização dos processos, considerando os fatos mais relevantes, apresentamos as seguintes considerações:

59. Para a devida formalização dos processos, no ato de concessão, emitido previamente, deverá haver a assinatura do Diretor responsável pela área e dos Ordenadores de Despesas, nos seguintes termos:

Identificação	Informações a serem inseridas
Solicitante	Diretor responsável pela área
Para	Autorizador (Ordenador de despesa)
Participante	Beneficiário

60. Para controle da emissão, no corpo do documento, também haverá o nome e assinatura do funcionário que confeccionou o ato.

61. Com objetivo de preservar o princípio da segregação de função, especialmente para evitar o conflito de interesse, é necessário repartir as funções entre os diretores para que não haja incompatibilidades, a exemplo de o próprio diretor da área solicitar uma verba para ele próprio, ou o destinatário das verbas ser o próprio participante. A segregação de funções deve prever a separação entre as funções de solicitação e autorização dos atos, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com o princípio citado.

62. A formalização dos processos de prestações de contas deve ser apresentada com os seguintes comprovantes: **Diárias:** i. cartão de embarque, ou recibo de passageiro quando da realização de *check in* via internet, ou declaração fornecida pela empresa de transporte aéreo; ii. relatório de participação, ou ainda, lista de presença, certificado de participação, ata ou diploma; iii. no caso da viagem internacional o relatório de participação é obrigatório e deverá ser apresentado à Tesouraria no prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data do retorno da viagem; **Jetons:** apresentação de lista de presença ou relatório de atividades; e **Auxílio de representação:** apresentação de ata ou de relatório de participação, detalhando todas as atividades desenvolvidas.

63. As operações ligadas à diária, passagem, auxílio de representação e jetons devem ser disponibilizadas no Portal da Transparência para possíveis consultas individuais, nos termos do inciso VII do art. 9º da Resolução CFM nº 2.151/2016, que fixa regras e conteúdo para o acesso a informações, no âmbito dos Conselhos de Medicina, inclusive a Resolução que estabelece os critérios para os pagamentos, tendo como referência a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e dá outras providências.

64. Durante o exercício de 2022 foram executadas despesas com essa modalidade no valor de **R\$ 948.381,36**, evidenciando uma evolução positiva, na média, de **34,40%**, em relação ao exercício anterior, conforme informações abaixo:



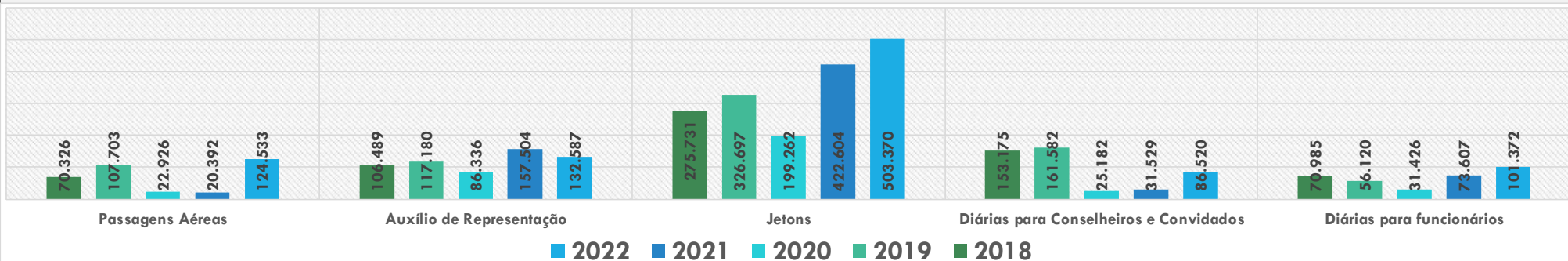
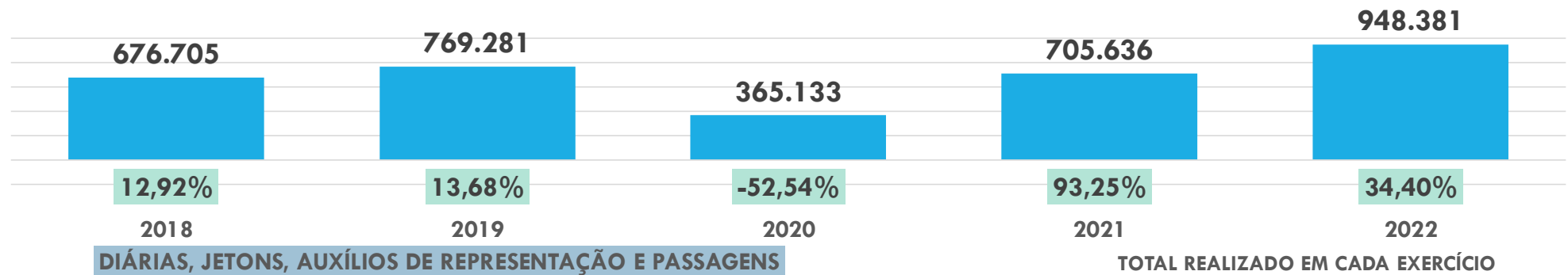
CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

7. INDICADORES DE DIÁRIAS E OUTRAS VERBAS

CRM/MT Referência: **2022**

Diárias de Conselheiros	Diárias de Funcionários	Indenização de Transporte	Passagens Aéreas
86.520,00	101.371,70	0,00	124.532,66
Jetons	Auxílio de Representação	Valor da Diária	Valor do Jeton // Auxílio
503.370,00	132.587,00	R\$ 979,00 // R\$ 733,00	R\$ 357,00 // R\$ 217,00
		Conselheiro // Funcionário	Conselheiro

Relação entre as despesas correntes
9,08%



ANÁLISE

O total das despesas com esta modalidade representou 9,08% em relação às despesas correntes (empenhadas). Em relação ao exercício anterior, houve um acréscimo de 34,40%. Em 2022, a maior concentração de despesa ocorreu na verba "Jetons", que representou 53,08% de todas as despesas com esta modalidade.



g) Bens Patrimoniais

a. Bens de natureza permanente

65. O inventário dos bens patrimoniais (móveis, imóveis e de consumo) e os termos de responsabilidade foram devidamente confeccionados e estão em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e a Resolução CFM nº 2.124/2015, de 16 de julho de 2015, que fixa normas e procedimentos para controle, reavaliação, depreciação, amortização e inventário dos Bens Patrimoniais no âmbito dos Conselhos de Medicina e dá outras providências.

66. Para a devida formalização dos trabalhos, necessária a nomeação de Comissão de Patrimônio, nos termos do art. 54 da Resolução CFM nº 2.124/2015, constituída por, no mínimo, 2 (dois) servidores efetivos.

67. Com base nas disposições contidas no art. 54 da Resolução CFM nº 2.124/2015 e especialmente para o cumprimento da exigência estabelecida no art. 94 da Lei nº 4.320/64, a Comissão de Patrimônio tem a finalidade de identificar cada bem móvel e imóvel, atribuindo-lhes: código contábil, discriminação, valor (R\$), localização e estado de conservação, além da confecção dos termos de responsabilidade, que precisa ser assinado pelo responsável por cada um deles, além de:

- 1) Manter atualizados os registros e controles administrativos e contábeis;
- 2) Confirmar a responsabilidade dos agentes responsáveis pelos bens patrimoniais sob a sua guarda;
- 3) Conferir a listagem do cadastro geral dos bens móveis;

4) Instruir as tomadas de contas anuais.

68. Também é bom frisar que, quando da confecção dos respectivos termos de responsabilidade dos bens móveis, que visam formalizar a guarda e conservação de cada um deles, conforme determina a Lei nº 4.320/64, deve ser verificada a integridade dos bens, a correta afixação das plaquetas de identificação e se o bem está ocioso ou apresenta qualquer avaria que o inutilize, o que ensejaria, nesses casos, seu recolhimento ao Setor de Patrimônio, bem como outras medidas legais que poderão ser tomadas.

69. Esclarecemos, ainda, que caso sejam encontrados bens classificados como ocioso ou de recuperação antieconômica, não sendo mais considerada viável sua utilização em qualquer atividade, os mesmos devem ser classificados como “Bens inservíveis”, e após a aprovação da Diretoria e/ou Plenária, poderão ter outra destinação, conforme as regras compatíveis com a administração pública, quais sejam: alienação, doação ou simplesmente baixá-los do patrimônio (sucata), através da formalização de termo específico.

70. No confronto entre o inventário físico e o balancete de verificação contábil **não foram encontradas divergências nos bens móveis e imóveis**, conforme demonstrado no quadro de indicadores.

b. Bens de consumo

71. Nos Conselhos de Medicina o almoxarifado é a unidade administrativa responsável pelo controle e pela movimentação dos bens de consumo, que são registrados de acordo com as normas vigentes. O chefe de almoxarifado, integrante



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

do quadro funcional, é responsável pela prestação de contas de sua respectiva unidade. É também de sua responsabilidade manter o estoque mínimo de bens necessários ao funcionamento dos setores internos.

72. Na Contabilidade Pública, os bens do almoxarifado serão avaliados pelo preço médio ponderado das compras (inciso III, do art. 106 da Lei nº 4.320/64). O preço unitário de cada item do estoque altera-se pela compra de outras unidades por um preço diferente. Assim, encontra-se o preço médio dividindo-se o custo total do estoque pelas unidades existentes.

73. Esclarecemos que nos Conselhos de Medicina o "almoxarifado", ou seja, os estoques de materiais relacionam-se com a execução da despesa, e tem por finalidade:

- 1) Evitar que falem materiais necessários ao andamento dos serviços públicos;
- 2) Possibilitar o controle e evitar desperdício de materiais;
- 3) Facilitar a padronização dos processos e dos controles internos;
- 4) Contribuir para a apuração de custos pela administração pública.

74. Por esses motivos é preciso organizar os locais físicos de armazenamento de material, considerando a capacidade de estocagem, pessoal de provimento efetivo, sistemas informatizados e procedimentos. Todos os Conselhos de

Medicina devem possuir controle de materiais. Em pequenas unidades administrativas (Conselhos de pequeno porte) não é necessário ter a categoria funcional de almoxarife, bastando que o servidor tenha em suas atribuições o controle, guarda e movimentação de materiais.

75. No confronto entre o inventário físico e o balancete de verificação contábil **não foram encontradas divergências no almoxarifado**, conforme demonstrado no quadro de indicadores.

c) Controle da frota de Veículos

76. O controle e a identificação da frota de veículos devem se submeter à Instrução Normativa nº 3, de 15/5/2008, do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, além dos artigos 75 a 78 do Anexo à Resolução CFM nº 2.124, de 16 de julho de 2015.

77. Conforme disciplinado pela Resolução CFM nº 2.124/2015, os Mapas de Controle Anual de Veículos, referentes ao exercício de 2022, que servem para demonstrar a média de gastos por quilômetro rodado foram devidamente confeccionados. As despesas com frota de veículo do CRM//ES estão posicionadas conforme quadro abaixo:

78. Composição dos bens patrimoniais do CRM/MT:



8. INDICADORES DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO

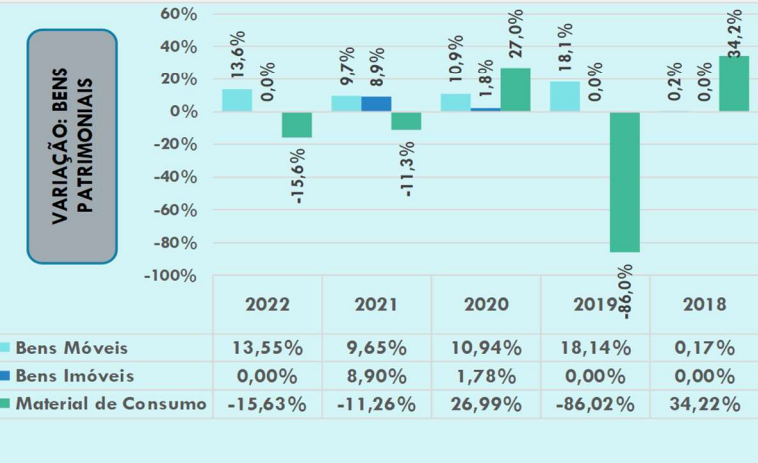
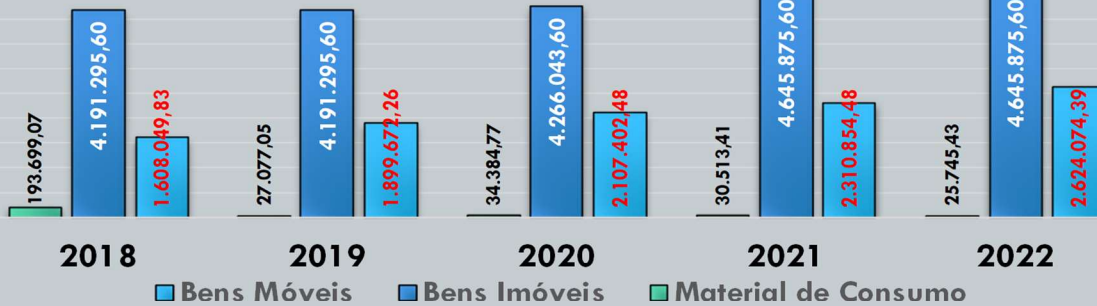
CRM/MT Referência: **2022**

Bens Móveis		Bens Imóveis		Intangíveis	
2.624.074,39		4.645.875,60		100.448,31	
Depreciações:		Reavaliações:		Total do Imobilizado	
Bens Móveis	Bens Imóveis	0,00		7.370.398,30	
1.178.984,65	79.762,75				

Material de Consumo	Veículos
25.745,43	479.278,56
Locação: Bens Móveis	Locação: Bens Imóveis
2.595,00	19.230,00

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Composição dos Bens Patrimoniais



CONFRONTO ENTRE O FÍSICO E O FINANCEIRO

BENS MÓVEIS	BENS IMÓVEIS	ALMOXARIFADO
Diferença: Inventário / Balancete	Diferença: Inventário / Balancete	Diferença: Inventário / Balancete
-0,04	0,00	0,00

Evolução Bens Móveis	Evolução Bens Imóveis
13,55%	0,00%
Evolução Intangíveis	Amortizações (intangível)
1,80%	18.804,88
Baixas/Alienações: Bens Móveis e Imóveis	Seguro Predial
83.638,31	1.787,01

Demonstrativos de despesas com a frota de veículos

QUANTIDADE DE VEÍCULOS	TOTAL DE DESPESAS COM VEÍCULOS	QUANTIDADE DE QUILÔMETROS RODADOS	MÉDIA POR QUILÔMETRO RODADO	DESPESAS COM SEGUROS E LICENCIAMENTOS	TOTAL DE DESPESAS COM A FROTA DE VEÍCULOS
3	40.938,49	19.098	2,14	6.445,10	R\$ 47.383,59
			Evolução	▲ 116,12%	



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

h) Licitações, Contratos e Convênios

79. O art. 51 da Lei nº 8666/1993 prevê que a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação. O § 4º do mesmo artigo prevê que a investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a um ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

80. **Licitação** é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações. Em outras palavras, licitação é a forma como a Administração Pública pode comprar e vender. Já o contrato é o ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que há um acordo para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas. São três os principais objetivos de uma licitação: **a)** Selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública; **b)** Garantir igualdade de condições a todos que queiram contratar com o Poder Público; e **c)** Promover o desenvolvimento nacional sustentável. **Modalidades:** O rito, os prazos e a amplitude de divulgação variam de acordo com a modalidade de licitação, conforme opções abaixo:

- ✓ Convite – Lei nº 8.666/93, art. 22, § 3º - Tomada de preços – Lei nº 8.666/93, art. 22, § 2º - Concorrência pública – Lei nº 8.666/93, art. 22, § 1º - Leilão – Lei nº 8.666/93, art. 22, § 5º - Concurso público – Lei nº 8.666/93, art. 22, § 4º - Pregão – Lei nº 10.520/2002; - Limites – Decreto nº 9.412/2018 - Lei nº 14.965/2020

- Em casos específicos previstos na lei, podem ser utilizadas: **a)** Dispensa - rol taxativo do art. 24 da Lei nº 8.666/93; **b)** Inexigibilidade (inviabilidade de competição) - Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

81. Sistema de Registro de Preços (SRP): É uma forma de aquisição de bens e contratação de serviços - prevista na Lei nº 8.666/93, regulada pelo Decreto nº 7.892/2013 – utilizada quando for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços para mais de um órgão ou entidade, ou quando não for possível definir previamente o quantitativo que será demandado pela Administração Pública.

HISTÓRICO			
MODALIDADES	DECRETO Nº 9.412/2018		Lei nº 14.065/2020
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA			
DISPENSA	ATÉ	R\$ 33.000,00	R\$ 100.000,00
CONVITE	ATÉ	R\$ 330.000,00	
TOMADA DE PREÇOS	ATÉ	R\$ 3.300.000,00	
CONCORRÊNCIA	ACIMA DE	R\$ 3.300.000,00	
COMPRAS E SERVIÇOS			
DISPENSA	ATÉ	R\$ 17.600,00	R\$ 50.000,00
CONVITE	ATÉ	R\$ 176.000,00	
TOMADA DE PREÇOS	ATÉ	R\$ 1.430.000,00	
CONCORRÊNCIA	ACIMA DE	R\$ 1.430.000,00	

82. Processos de contratações – Após análise dos pagamentos realizados durante o exercício de 2022, foram solicitados os seguintes processos para análise:

Seq.	Favorecido	Valor Gasto em 2022	Conta	Modalidade Empregada	Objeto
1	Brandão Automóveis ltda	161.000,00	6.2.2.1.2.44.90.52.002 – Veículos	Pregão Eletrônico nº 06/2022	Aquisição de um veículo tipo SUV (Sport/Utility Vehicle), compacto ou médio, zero quilômetro.
2	C kozar dos Santos Info Eletro	63.200,00	6.2.2.1.2.44.90.52.004 – Equipamentos de Informática	Pregão Eletrônico nº 02/2021	Aquisição de equipamentos de informática e softwares, mediante solicitação do setor de TI, conforme definições, especificações e quantidades descritas no item 4 do termo referência.
3	Estratégia IT Ltda EPP	87.600,00	6.2.2.1.1.33.90.39.045 – Aquisição de Sistemas/Programas (software) de Informática	Pregão Eletrônico nº 01/2021	Locação de next Generation firewall (firewall de próxima geração), conforme especificações constantes no Termo de Referência.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

4	Orleans Viagens e Turismo Ltda-ME	123.332,49	6.2.2.1.1.33.90.33.001 Passagens para o País	- Pregão Eletrônico nº 04/2021	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, por intermédio de operadora ou agência de viagens, sob demanda, compreendendo os serviços de emissão, pesquisa de preço, reserva, marcação, remarcação, endosso, cancelamentos e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, terrestres e fluviais.
5	Unimed Cuiabá - Cooperativa de Trabalho Médico	186.007,97	6.2.2.1.1.33.90.39.028 - Plano de Saúde - Médico e Odontológico	Pregão Eletrônico nº 02/2022, transformado na Dispensa de Licitação nº 06/2022	Prestação de serviços de plano privado de assistência à saúde (Lei nº 9.656/98, artigo 1º, I e II) para o CRM/MT.

83. Após verificação de alguns pré-requisitos e considerando os pontos mais relevantes, constamos a regularidade dos procedimentos.

i) Administração de Pessoal e Regularidade Fiscal

84. Analisamos os atos de gestão de pessoas, inclusive folhas de pagamentos, encargos e benefícios e alguns números relacionados à execução das despesas em comparação com a receita corrente líquida, além das respectivas variações nos últimos cinco anos, visando verificar a legalidade dos pagamentos.

85. A média mensal de despesas por funcionário, somados os proventos, encargos e benefícios, ficou em **R\$ 9.196,03**. Em 2022, houve evolução positiva nas despesas de pessoal, encargos e benefícios em **(24,40%)**, no valor de **R\$ 5.031.206,76**, que representa **59,45%** da receita corrente líquida do CRM/MT.

86. Situação Fiscal – Consultamos a situação cadastral do CRM/MT junto aos órgãos de controle fiscal (Receita Federal, FGTS, Estado/Município) e constatamos que o Estado de Mato Grosso e o Município de Cuiabá não oferecem a regularidade automática. Desta forma, a fim de proporcionar a regularidade automática de todos os órgãos de controle, recomendamos atualizar as eventuais pendências cadastrais nas respectivas instituições.

87. Os funcionários do CRM/MT estão submetidos ao Regime Trabalhista previsto no Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, que trata da Consolidação das Leis do Trabalho. Além da norma geral, também observa outras normas aplicáveis, como acórdãos e decisões dos tribunais superiores, além de notas técnicas, orientações e instruções normativas editadas no âmbito interno.

88. Destaque - Departamento de Fiscalização: De acordo com a Resolução CFM nº 2.214/2018 é obrigatória a criação do departamento de fiscalização, incluindo – Médicos e agentes fiscais, nomeados por meio de concurso público, nos seguintes termos: [...] **Art. 1º** Determinar aos Conselhos Regionais de Medicina a criação do Departamento de Fiscalização, que deve dispor de estrutura física, equipamentos e pessoal com capacitação específica para as ações fiscalizatórias realizadas pelo próprio departamento, devendo contar com a composição mínima de pessoal constituída por: I) Conselheiro coordenador do departamento; II) Médico fiscal; III) Assistente administrativo.

89. Honorários de Sucumbência – Identificamos a edição da Portaria CRM/MT nº 18/2021, de 24 de novembro de 2021, que regulamenta o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais aos advogados pertencentes ao quadro de empregados efetivos do CRM/MT, lotados no Departamento Jurídico. Sobre esse tema e, especialmente sobre a regulamentação interna, temos algumas observações e medidas que precisam ser implementadas para o completo atendimento da legislação vigente, conforme segue:

I – Teto Constitucional: o limite do teto constitucional foi estabelecido pela Lei nº 13.752, de 26 de novembro de 2018, que vigeu até 8 de janeiro de 2023, quando foi publicada a Lei nº 14.520, de 9 de janeiro de 2023, atualmente vigente, e precisa ser observado pelo Setor de Pessoal do CRM/MT.

90. De acordo com a regra, no cômputo do teto remuneratório são incluídas a remuneração, o vencimento, o subsídio, os proventos, ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

pessoais ou de qualquer outra natureza, exceto as parcelas indenizatórias e algumas parcelas por sua especial natureza, tais como, décimo terceiro salário, terço constitucional de férias, o adiantamento de férias, dentre outras.

91. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União também já firmou entendimento que os Conselhos de Fiscalização se submetem ao teto constitucional previsto na Constituição Federal. A Suprema Corte também já decidiu que os honorários de sucumbência pertencem aos advogados e que o valor não poderá exceder ao teto constitucional.

92. Para melhor clareza, seguem os dispositivos legais sobre o assunto:

- **Lei nº 13.752/2018:** [...] Art. 1º O subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 3º desta Lei, corresponderá a **R\$ 39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos)**.
- **Lei nº 14.520/2023:** [...] Art. 1º O subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do caput do art. 48 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 3º desta Lei, será de **R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos)**, implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, da seguinte forma: I - **R\$ 41.650,92 (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos)**, a partir de 1º de abril de 2023; II - **R\$ 44.008,52 (quarenta e quatro mil e oito reais e cinquenta e dois centavos)**, a partir de 1º de fevereiro de 2024; III - **R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos)**, a partir de 1º de fevereiro de 2025.
- **ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU Nº 871/2016 – Processo TC 024.037/2013-3.** [...] 9.2. firmar o entendimento de que, aos conselhos de fiscalização profissional, por serem entidades de natureza autárquica, deve-se aplicar o teto constitucional previsto no art. 37, inciso XI, da CF/1988;
- **STF - ADI 6053 / DF [...] 24/06/2020.** Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, em conformidade com a certidão de julgamento, por maioria, acordam em declarar a constitucionalidade da percepção de honorários de sucumbência pelos advogados públicos e em julgar parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para, conferindo interpretação conforme à Constituição ao art. 23 da Lei 8.906/1994,

ao art. 85, § 19, da Lei 13.105/2015, e aos arts. 27 e 29 a 36 da Lei 13.327/2016, estabelecer que a somatória dos subsídios e honorários de sucumbência percebidos mensalmente pelos advogados públicos não poderá exceder ao teto dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, conforme o que dispõe o art. 37, XI, da Constituição Federal ...

II – Base de cálculo para o imposto de renda: Notamos que não há provisionamento nas respectivas folhas de pagamentos dos valores pagos aos advogados do CRM/MT, com isso, não há incidência de imposto de renda na fonte, contrariando a legislação tributária vigente.

93. Diversas Soluções de Consultas estão disponíveis no sítio da Secretaria da Receita Federal pacificando a obrigatoriedade da retenção de imposto de renda sobre os valores pagos ou creditados aos advogados, como por exemplo:

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 99007, DE 07 DE JUNHO DE 2019

(Publicada no DOU de 13/06/2019, seção 1, página 24) - Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PROCURADOR AUTÁRQUICO. OBRIGATORIEDADE DE INFORMAÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL (DAA) Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PROCURADOR AUTÁRQUICO. OBRIGATORIEDADE DE INFORMAÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL (DAA) - Os honorários de sucumbência recebidos por procurador autárquico deverão ser tributados no mês em que forem recebidos, considerado como tal o da entrega de recursos pela fonte pagadora, mesmo mediante depósito em instituição financeira em favor do beneficiário, e deverão ser informados na Declaração de Ajuste Anual (DAA), deduzindo-se do imposto apurado na DAA o valor do imposto retido na fonte. Dispositivos Legais: Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, art. 46, § 1º, inciso II; Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 novembro de 2018, art. 776, § 1º, inciso II; e Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, arts. 70, 72 e 80, inciso IX. Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, art. 52, inciso I, e Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, inciso I.

94. Diferentemente do disposto no § 3º do art. 3º da Portaria CRM/MT nº 18/2021, os pagamentos efetuados mensalmente precisam ser provisionados em folha de pagamento e oferecidos à tributação do imposto de renda na fonte,



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

conforme jurisprudência apresentada. Desta forma, para o equilíbrio da norma, necessária a revisão dos procedimentos e recolhimento dos impostos à Receita Federal, se ainda não foi realizado, obedecida a tabela mensal de retenção.

III – Conta corrente e de aplicação: Para controle e operacionalização dos pagamentos de honorários de sucumbência aos advogados do Conselho foi aberta conta corrente, com aplicação automática, intitulada “C R MEDICINA HONOR”, com as seguintes especificações: Banco do Brasil – Agência 3834-2 – Conta corrente nº 65009-9. Notamos que a movimentação de créditos, débitos, rendimentos e taxas dessa conta não está transitando pelos registros contábeis do CRM/MT, contrariando as Normas Brasileiras de Contabilidade e especialmente o art. 93 da Lei 4.320/64, com a seguinte menção: *Art. 93. Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil.* Durante o exercício de 2022 ocorreram as seguintes movimentações na conta corrente e de aplicação:

SALDO ANTERIOR		C/CORRENTE/APLICAÇÃO			R\$ 211,92
MESES	CRÉDITOS	DÉBITOS	RENDIMENTOS	TAXAS	SALDO
jul/22	4.274,12	0,00	19,71	0,00	4.505,75
ago/22	50.723,41	20.410,00	124,37	0,00	34.943,53
set/22	40.101,22	63.450,00	250,24	20,00	11.824,99
out/22	60.003,07	44.700,00	202,18	10,00	27.320,24
nov/22	54.781,59	46.200,00	260,15	10,00	36.151,98
dez/22	42.404,25	75.000,00	249,21	10,00	3.795,44
TOTAL	252.287,66	249.760,00	1.105,86	50,00	R\$ 3.795,44

95. Desta forma, para o completo atendimento das normas orçamentárias, financeira e contábeis, recomendamos **(1)** revisão dos procedimentos e a devida contabilização das operações; **(2)** que as despesas com taxas sejam absorvidas pelo orçamento vigente; **(3)** que os rendimentos auferidos sejam incluídos nas receitas do CRM/MT.

j) Regulamento de Gestão de Pessoas

96. Encontra-se disponível no Portal da Transparência o plano de cargo, carreira e remuneração (PCCR) dos profissionais integrantes do quadro de pessoal do conselho regional de medicina – CRM/MT.

97. Cargos de livre provimento - O cargo em comissão é aquele cujo provimento dá-se independentemente de aprovação em concurso público, destinado somente às atribuições de **chefia e assessoramento**, nos termos do inciso V do art. 37 da Constituição Federal e da orientação traçada pelo Tribunal de Contas da União e se caracteriza pela transitoriedade da investidura. Pode ser preenchido por pessoa que não seja servidor de carreira, observado o percentual mínimo reservado pela lei ao servidor efetivo, podendo ser adotados como referencial os parâmetros fixados pela Lei nº 14.204/2021 – Regulamentado pelo Decreto nº 10.829/2021).

k) segregação de função e conflitos de interesses

98. Ponto para análise interna: Para evitar conflitos de interesses, é necessário repartir funções entre os servidores para que não exerçam atividades incompatíveis, como executar e fiscalizar uma mesma atividade, objetivando reduzir as oportunidades que permitam a qualquer pessoa estar em posição de perpetrar e de ocultar erros ou fraudes no curso normal das suas funções. Deve ocorrer a devida segregação entre as funções de controle e as diversas áreas administrativas. A segregação é ferramenta para otimizar e gerar eficiência administrativa e deve existir em toda a instituição, em todos os níveis e em todas as funções. É um princípio básico do sistema de controle interno e deve prever a separação entre funções de autorização/aprovação, de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio. Com base neste contexto, após o mapeamento dos processos internos, recomendamos a avaliação das rotinas e atividades, a fim de identificar possíveis conflitos de internos e, caso positivo, providenciar as medidas saneadoras.

99. Seguem alguns números sobre este item:

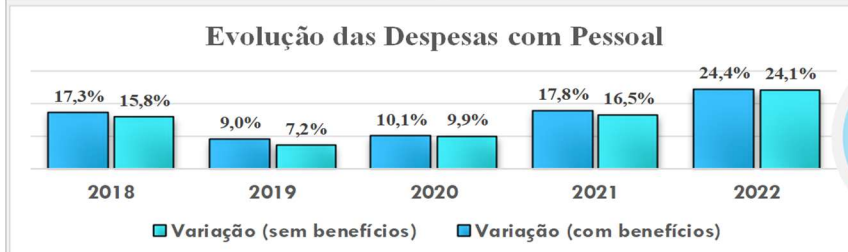


CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

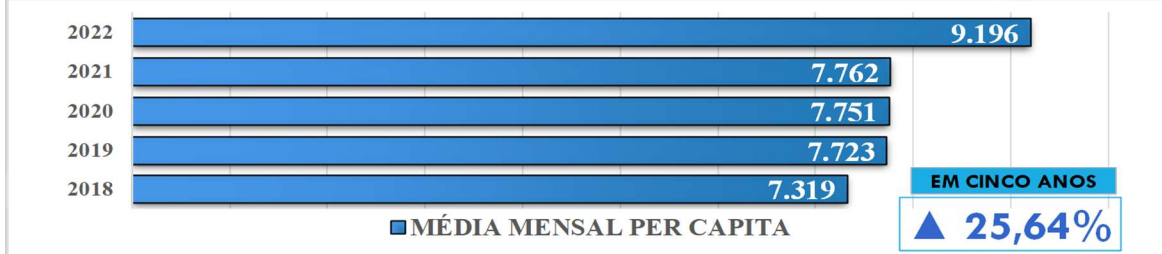
9. INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

CRM/MT Referência: **2022**

Despesas com Pessoal e Encargos	Despesas com Benefícios	Média mensal por funcionário (pessoal + encargos + benefícios)	Variação (sem benefício)	Variação (com benefício)
4.106.018,56	915.015,51	R\$ 9.196,03 Evolução: 18,47%	24,06%	24,40%
Decisões Judiciais	Total Pessoal	Comprometimento	Comprometimento	Comprometimento
0,00	5.031.206,76	48,62%	59,45%	59,45%
		% s/receita líquida (sem benefícios)	% s/receita líquida (com benefício)	



Médicos Fiscais: 4
Agentes Fiscais: 0
Resolução CFM nº 2.214/2018



% de Cargos em Comissão	25,00%	Qde Funções Gratificadas	8
Evolução despesas p/funcionário - 5 anos	76,08%	Inflação (INPC) - cinco anos	32,97%
% Func. Atividade-fim	42,86%	% Func. Atividade-meio	57,14%

Esclarecimentos:

(1) **ACÓRDÃO 341/2004 - Plenário – TCU: 9.2.1.** os conselhos de fiscalização profissional não estão subordinados às limitações contidas na Lei Complementar 101/2000, em especial as relativas aos limites de gastos com pessoal, incluindo terceirizações, visto que tais entidades não participam do Orçamento Geral da União e não gerem receitas e despesas de que resultem impactos nos resultados de gestão fiscal a que alude o referido diploma legal; **9.2.2.** os conselhos de fiscalização profissional, apesar de não estarem sujeitos às limitações de despesa impostas pela Lei Complementar 101/2000, devem observar as normas gerais e princípios que norteiam a gestão pública responsável, com destaque para a ação planejada e transparente, que possam prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio de suas contas (art. 1º, § 1º); **9.2.5.** as disposições normativas internas dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas que cuidam da organização de seu quadro de pessoal, conforme lhes autorizam as respectivas leis instituidoras, devem adequar-se ao disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, de forma que as funções de confiança sejam exclusivamente ocupadas por empregados do quadro efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por empregados do quadro efetivo nas condições e limites mínimos a serem fixados por instruções dos conselhos federais, sejam destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser adotados como referencial os parâmetros fixados pela Lei nº 14.204/2021 – Regulamentada pelo Decreto nº 10.829/2021; (2) Os Conselhos de Fiscalização de Profissões regulamentadas, dada a natureza autárquica que possuem, são alcançados pela regra constitucional do teto remuneratório (art. 37, inciso XI, da Constituição Federal). Assim, as vantagens pessoais e outras de qualquer natureza integram o somatório da remuneração para efeito de verificação do teto constitucional, excluindo-se tão somente aquelas de caráter indenizatório (art. 37, inciso XI, § 11, da Constituição Federal). TC 024.037/2013 – 3 - Acórdão 871/2016 – TCU / Plenário.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

IV. RECOMENDAÇÕES ANTERIORES

100. Apresentamos um comparativo entre as recomendações sugeridas na última auditoria e as implementações efetuadas durante o período, conforme quadro a seguir:

AVALIAÇÃO DA ÚLTIMA AUDITORIA - ANÁLISE DAS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES	
TRABALHO FINALIZADO EM 19/08/2022	
OCORRÊNCIAS	
a) Inscrição, execução e cobrança dos créditos na Dívida Ativa: Face ao alto volume de recursos financeiros envolvidos (R\$ 5.175.501,67), recomendamos a adoção de medidas efetivas para inscrição, execução e cobrança dos créditos inadimplidos, conforme critérios estabelecidos na Lei nº 12.514/2011 e na Resolução CFM nº 2.280/2020, especialmente com a utilização de sistema informatizado que possa controlar e gerenciar os créditos inscritos (administrativo) e executados na dívida ativa.	
MEDIDAS ADOTADAS	ACATADA E EM IMPLEMENTAÇÃO
b) Identificação contábil das isenções e renúncias fiscais: Para os próximos exercícios o Conselho Regional precisa demonstrar que a renúncia de receita foi considerada na Previsão Orçamentária Anual e que as isenções não afetarão as metas previstas, inclusive evidenciando todas as operações nos registros contábeis.	
MEDIDAS ADOTADAS	ACATADA, MAS NÃO IMPLEMENTADA
c) Balanços e Demonstrativos: 1) Que nas restituições e/ou devolução de Receitas Orçamentárias sejam aplicados os seguintes procedimentos: Depois de reconhecidas as receitas orçamentárias, podem ocorrer fatos supervenientes que ensejem a necessidade de restituições, devendo-se registrá-los como dedução/estorno da receita orçamentária, possibilitando maior transparência das informações relativas à receita orçamentária bruta e líquida. A restituição de qualquer receita, descontada ou recolhida a maior deve ser efetuada mediante anulação da respectiva receita, obedecidas as seguintes particularidades: 2) Se a restituição ocorrer no mesmo exercício em que foram recebidas, deve-se contabilizar como dedução/estorno de receita orçamentária até o limite de valor recebidas no exercício; 3) Se o valor da restituição ultrapassar o valor recebido no exercício, o montante que ultrapassar esse valor deve ser registrado como despesa orçamentária; ii) As despesas decorrentes das contribuições previdenciárias sejam segregadas entre as pessoas com e sem vínculo empregatício, sendo que este último deve ser contabilizado na rubrica: 339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS , que registra o valor das apropriações das despesas decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas, exceto os incidentes sobre a folha de salários, classificadas como obrigações patronais. Aplica-se também para o pagamento de contribuição previdenciária incidente sobre serviço de terceiro de pessoa física, contratadas para a execução de serviços técnicos profissionais, sem vínculo a administração, além das despesas com as contribuições previdenciárias decorrentes dos pagamentos de jetons; iii) Apresentação e publicação dos relatórios, rol de responsáveis, balanços e notas explicativas no Portal da Transparência do CRM/MT, a fim de evitar eventuais diligências do Tribunal de Contas da União.	
MEDIDAS ADOTADAS	ACATADA E EM IMPLEMENTAÇÃO
d) Execução de Despesas: i) Que valores dessa natureza não sejam contabilizados como despesa, já que não seria elegível ao CRM/MT, e sim no grupo do ativo circulante; ii) Que seja contabilizado o valor dos honorários contábeis dos meses de novembro e dezembro de 2021, obedecendo as questões contratuais.	
MEDIDAS ADOTADAS	ACATADA E EM IMPLEMENTAÇÃO



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

e) Diárias, Jetons e Auxílios de Representação: **i)** Que seja realizada a revisão dos pagamentos de auxílio de representação em reuniões realizadas por videoconferência, tendo em vista que não há regulamentação do CFM para essa modalidade; **ii)** Que as emissões dos Atos de Concessão sejam efetivadas antes da realização dos eventos. De acordo com art. 5º da Resolução CFM nº 2.175/2017, a emissão de passagem aérea ou terrestre (ônibus) e os pagamentos de diária, jeton e auxílio de representação serão autorizados mediante o Ato de Concessão e emissão de recibo, conforme anexos I, II e III, devidamente autorizados pelo presidente e tesoureiro do Conselho Federal de Medicina.

MEDIDAS ADOTADAS	ACATADA E EM IMPLEMENTAÇÃO
-------------------------	-----------------------------------

f) Controle dos Bens Patrimoniais (Bens Imóveis): **i)** Elaborar o inventário dos bens imóveis nos moldes da legislação vigente e efetuar a conciliação entre o físico e o financeiro com a devida apuração e regularização de possíveis divergências; **ii)** Apurar corretamente a depreciação dos bens imóveis.

MEDIDAS ADOTADAS	ACATADA E IMPLEMENTADA
-------------------------	-------------------------------

g) Procedimentos de Licitações: A abertura de procedimento licitatório para os serviços de publicidade em geral, tendo em vista que durante o exercício de 2021 foram realizadas despesas com esta modalidade no valor de **R\$ 193.924,41**, envolvendo publicidade institucional e de utilidade pública.

MEDIDAS ADOTADAS	ACATADA E IMPLEMENTADA
-------------------------	-------------------------------

h) Portal da Transparência: Manter disponível e atualizados os itens especificados no art. 7º da Resolução CFM 2.286/2020, especialmente porque será objeto de fiscalização por parte do Tribunal de Contas União.

MEDIDAS ADOTADAS	ACATADA E EM IMPLEMENTAÇÃO
-------------------------	-----------------------------------

101. De acordo com novo planejamento de auditoria, os critérios para análise das medidas adotadas em relação aos pontos de recomendação da auditoria anterior, com os respectivos pesos, são os seguintes: **p(1)** = acatada e implementada; **p(2)** = acatada e em implementação; **p(3)** = acatada, mas não implementada; **p(4)** = encaminhada; **p(5)** = ignorada; e **p(6)** = rejeitada. A cada reincidência o índice é reduzido em 10% progressivamente aos pesos. Este índice servirá de base para medir o indicador de cumprimento das recomendações.

102. Portanto, com base nessa metodologia, quanto mais próximo de 1 (um), melhor o desempenho do Conselho Regional de Medicina.

103. De acordo com as avaliações de cada item, segue tabela abaixo que demonstra o desempenho (índice) do CRM/MT em relação à auditoria anterior:

TIPO	PESO (1)		QDE		PESO (2)
	LEG.	ÍNDICE	ANO	REINC.	FINAL
a) Acatada e Implementada	P(1)	1,00	2		1,00
b) Acatada e em Implementação	P(2)	0,83	5	2	0,66
c) Acatada, mas não implementada	P(3)	0,67	1	1	0,54
d) Encaminhada	P(4)	0,50	0	0	0,50
e) Ignorada	p(5)	0,33	0	0	0,33
f) Rejeitada	p(6)	0,17	0	0	0,17
TOTAL DAS RECOMENDAÇÕES			8	3	
ÍNDICE DE ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES			0,85		0,73



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

V. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

104. Verificamos que CRM/MT detém link na internet para divulgação de dados específicos da sua gestão “Portal da Transparência”. A matéria foi instituída pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que trata do Portal da Transparência e detalhada pelo Acórdão nº 96/2016 – TCU – Plenário, de 27/1/2016. No âmbito dos Conselhos de Medicina, a matéria está regulamentada através da Resolução CFM nº 2.151/2016, que fixa regras e conteúdo para o acesso a informações e dá outras providências e Resolução CFM nº 2.286/2020, que estabelece normas e procedimentos para toma a e prestação de contas dos Conselhos de Medicina.

105. Verificamos, também, que os itens estabelecidos no artigo 9º da Resolução CFM nº 2.151/2016 estão disponibilizados no sítio do CRM/MT para alimentação de conteúdo. É bom frisar que parte do conteúdo estabelecido no art. 7º da Resolução CFM nº 2.286/2020 precisa de constante atualização e monitoramento, nos seguintes termos:

Art. 7º Os processos de contas serão divulgados e atualizados exclusivamente por meio do sítio oficial dos Conselhos de Medicina, em seção específica, com chamada na página inicial sob o título "Transparência e Prestação de Contas", assegurando que as contas lá permaneçam disponíveis por um período mínimo de cinco anos a contar do encerramento do exercício financeiro a que se referem, conforme requisitos estabelecidos no § 3º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação, da seguinte forma:

I – publicação até o encerramento do exercício financeiro de informações sobre:

- a) os objetivos, as metas, os indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados, sua vinculação aos objetivos estratégicos e à missão do Conselho;*
- b) o valor público em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício e a capacidade de continuidade em exercícios futuros;*

- c) as principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pelo Conselho para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos;*
- d) a estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço, telefones e horários de atendimento ao público;*
- e) os programas/processos, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto, com indicação dos valores alcançados no período e acumulado no exercício;*
- f) os repasses ou as transferências de recursos financeiros;*
- g) a execução orçamentária e financeira detalhada;*
- h) as licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;*
- i) a remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, função e emprego público, incluídos os auxílios de representação, as diárias, os jetons e outras vantagens pecuniárias; e*
- j) o contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).*

§ 1º A partir do exercício de 2021 a divulgação das informações estabelecidas no Inciso I, letras “a” a “e” deste artigo, deverá ser realizada até o final do primeiro trimestre de cada exercício e serem atualizadas sempre que mudanças ocorrerem ou, no máximo, ao final de cada semestre.

§ 2º As informações a serem divulgadas referentes ao Inciso I, letras “f” a “j” deste artigo, deverão ser atualizadas em tempo real ou na periodicidade de ocorrência dos eventos, conforme estabelecido no art. 48, inciso II, da Lei Complementar 101/2001 e no art. 8º, § 3º, inciso VI, da Lei 12.527/2011.

106. Com base nesses requisitos, fizemos uma avaliação de cada item, atribuindo a seguinte pontuação: informações disponíveis – **peso 3**; informações incompletas/desatualizadas – **peso 2**; e informações indisponíveis – **peso 1**, conforme detalhamento abaixo.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Resolução CFM nº 2.151/2016	PERIODICIDADE	SITUAÇÃO	PESO
Art. 9º O Portal da Transparência deverá manter publicadas e atualizadas as seguintes seções:			
I - Institucional, contendo informações sobre:			
a) os conselheiros federais e regionais, e respectivos suplentes em atividade ou licenciados, com indicação do período de início do mandato em curso;	Sempre que houver atualização	Informações incompletas/desatualizadas	2
b) os conselheiros federais e regionais, e respectivos suplentes, com mandatos encerrados, com indicação do período de início e término de cada mandato;	Sempre que houver atualização	Informações incompletas/desatualizadas	2
c) a composição da diretoria, do plenário, das comissões permanentes, especiais e temporárias e demais órgãos colegiados ou grupos de trabalhos eventualmente constituídos, com indicação dos cargos e do início dos respectivos mandatos diretivos, deliberativos ou consultivos;	Sempre que houver atualização	Informações incompletas/desatualizadas	2
d) os agentes responsáveis pelas gerências, chefias, assessorias, coordenadorias e demais unidades de gestão, com indicação dos cargos e do início das respectivas investidas;	Sempre que houver atualização	Informações incompletas/desatualizadas	2
e) calendário de reuniões e eventos a serem promovidos pelos Conselhos de Medicina em cada ano civil.	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
II - Legislação, contendo:			
a) textos constitucionais, legais e infralegais relacionados ao Conselho de Medicina e ao exercício da profissão;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
b) normas administrativas, incluindo resoluções, deliberações plenárias, portarias e quaisquer outros atos normativos baixados pelos Conselhos de Medicina e por seus órgãos administrativos;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
III - planejamento, contendo o mapa estratégico, os relatórios de gestão, os planos de ação e orçamento e documentos conexos, bem como os programas, projetos, ações, obras e atividades dos Conselhos de Medicina, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;	Sempre que houver atualização	Informações incompletas / desatualizadas	2
IV - informações relativas a relatórios de auditoria, ou de inspeções, prestações de contas, dos órgãos de controle interno e externo;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
V - finanças, contendo repasses ou transferências de recursos financeiros, execução orçamentária e financeira detalhada, notas de empenho emitidas, demonstrativos contábeis e relação de bens móveis e imóveis dos Conselhos de Medicina;	Sempre que houver atualização	Informações incompletas / desatualizadas	2
VI - licitações, contratos e convênios, contendo documentos sobre:			
a) licitações realizadas e em andamento, editais, chamadas públicas, retificações, anexos e resultados;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
b) contratos de aquisições de bens e de prestação de serviços, ainda que sem ônus, indicando os valores quando houver;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
c) convênios e instrumentos jurídicos correlatos, com indicação das partes, objeto, valores, períodos de vigência e outras informações relevantes;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
VII - viagens, contendo o detalhamento da emissão de passagens aéreas pelos Conselhos de Medicina em favor de conselheiros, empregados, convidados ou terceiros, informando nome do passageiro, destino, evento, data do evento e da viagem, trechos e valores, além de detalhamento nominal do recebimento de diárias, deslocamentos e outras vantagens pecuniárias decorrentes do exercício de suas funções ou da atividade que motivou a viagem;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

VIII - recursos humanos, compreendendo:			
a) relação dos ocupantes de empregos de livre provimento e demissão (cargos de confiança), indicando nomes e respectivos empregos, data de admissão e lotação;	Sempre que houver atualização	Informações indisponíveis	1
b) relação dos ocupantes de empregos de provimento efetivo, indicando nomes e designação dos respectivos empregos, data de admissão e lotação;	Sempre que houver atualização	Informações incompletas / desatualizadas	2
c) relação dos ex-empregados referente aos últimos cinco anos fora o exercício corrente, indicando nomes, empregos que ocuparam (de livre provimento ou de provimento efetivo), datas de ingresso e de desligamento;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
d) descritivo das remunerações mensais, contendo nomes, empregos ocupados (de livre provimento e efetivo), remuneração e benefícios recebidos, incluindo quaisquer outras vantagens pecuniárias;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
e) acordos coletivos de trabalho e quaisquer instrumentos que regulem as negociações coletivas de trabalho no âmbito dos Conselhos de Medicina;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
f) informações sobre os concursos públicos realizados, tais como editais, resultados e quadro de convocações, admissões, desistências e desligamentos;	Sempre que houver atualização	Informações disponíveis	3
IX - registro de pessoas físicas e jurídicas e das respectivas atuações, contendo:			
a) acesso aos registros das pessoas físicas e jurídicas, com possibilidade de acesso ao número de registro a partir da indicação de nomes e acesso ao nome a partir de indicação do número de registro;	Em tempo real	Informações disponíveis	3
b) acesso à página que permite verificar a autenticidade de um registro de responsabilidade técnica;	Em tempo real	Informações disponíveis	3
X – registro do pedido de acesso a informações, contendo:			
a) link de acesso ao e-SIC;	Em tempo real	Informações disponíveis	3
b) formulário eletrônico para requerimento de informações;	Em tempo real	Informações disponíveis	3
c) relatórios de atendimento de demandas do SIC e contato da autoridade de monitoramento;	Em tempo real	Informações disponíveis	3
d) telefone e e-mail do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);	Em tempo real	Informações disponíveis	3
e) resposta às perguntas mais frequentes da sociedade.	Em tempo real	Informações disponíveis	3
Art. 7º da Resolução CFM nº 2.286/2020			
I – publicação até o encerramento do exercício financeiro de informações sobre:			
a) os objetivos, as metas, os indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados, sua vinculação aos objetivos estratégicos e à missão do Conselho;	até o final do primeiro trimestre de cada exercício e atualizadas sempre que mudanças ocorrerem ou, no máximo, ao final de cada semestre.	Informações incompletas / desatualizadas	2
b) o valor público em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício e a capacidade de continuidade em exercícios futuros;		Informações indisponíveis	1
c) as principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pelo Conselho para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos;		Informações incompletas / desatualizadas	2
d) a estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço, telefones e horários de atendimento ao público;		Informações disponíveis	3
e) os programas/processos, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto, com indicação dos valores alcançados no período e acumulado no exercício;		Informações indisponíveis	1
f) os repasses ou as transferências de recursos financeiros;		Informações incompletas / desatualizadas	2
g) a execução orçamentária e financeira detalhada;	Em tempo real ou na periodicidade de ocorrência dos eventos, conforme estabelecido no art. 48, inciso II, da Lei Complementar 101/2001 e no art. 8º, § 3º, inciso VI, da Lei 12.527/2011	Informações disponíveis	3
h) as licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;		Informações disponíveis	3
i) a remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, função e emprego público, incluídos os auxílios de representação, as diárias, os jetons e outras vantagens pecuniárias; e		Informações disponíveis	3
j) o contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).		Informações disponíveis	3
II – publicação, após o encerramento do exercício financeiro, das demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório de gestão na forma de relato integrado e, se aplicável, do certificado de auditoria, bem como dos documentos e informações de interesse coletivo ou gerais exigidos em normas legais específicas que regem as atividades dos Conselhos de Medicina no prazo estabelecido anualmente em decisão normativa do Tribunal de Contas da União.		Informações disponíveis	3
III – publicação do Rol de Responsáveis.		Informações disponíveis	3



107. Especialmente em relação à letra “b” do art. 7º da Resolução CFM nº 2.286/2020, esclarecemos o conceito de: “*valor público em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício e a capacidade de continuidade em exercícios futuros*”. De acordo com o inciso II do art. 2º do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, a definição de valor público está assim especificada: “produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos”, que, no âmbito dos Conselhos de Medicina, pode ser conceituado como todo investimento de recursos públicos que vise resultar em maior benefício para os médicos, empresas e sociedade em geral.

108. Dados abertos: Segundo jurisprudência do Tribunal de Contas da União – inclusive o tema encontra-se sob análise daquela Corte de contas, que futuramente emitirá opinião sobre essa aplicação nos Conselhos de Fiscalização -, a publicação de dados em formato aberto é uma forma de promover a transparência ativa, na qual os conselhos, voluntariamente, disponibilizam dados públicos para a sociedade sem a obrigação de requerimento prévio formulado pelo interessado. Dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença. Os dados abertos são completos, primários,

atualizados, acessíveis, e processáveis por máquina. A identificação do interessado não é necessária ao acessá-los, são disponibilizados em formatos não proprietários e são livres de licenças.

VI. CONCLUSÃO

109. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo que haja, **preliminarmente**, o pronunciamento do CRM/MT no **prazo de 30 (trinta) dias** sobre os pontos de recomendação (VI), conforme definido no § 2º do art. 6º da Resolução CFM nº 2.286/2020, para avaliação técnica posterior, a partir das constatações levantadas pela equipe que estão detalhadamente consignadas neste Relatório.

VII. ACHADOS DE AUDITORIA

110. Os achados de auditoria são situações observadas no decorrer da auditoria que merecem tratamento especial para os gestores. Em face dos exames realizados, apresentamos as seguintes recomendações, que estão devidamente especificadas e com as respectivas fundamentações.

Condições	a) Inscrição, execução e cobrança dos créditos na Dívida Ativa
Critérios	A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da Autarquia é regida pela Lei nº 6.830/1980 (conhecida como “Lei das Execuções”) e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Constitui Dívida Ativa aquela definida como tributária ou não tributária na Lei 4.320/1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo. A partir da Resolução CFM nº 1979/2011, que fixa as anuidades e taxas para o exercício de 2012 – atualizada anualmente - foram estabelecidas novas regras para inscrição e execução dos créditos na dívida ativa, em função da Lei nº 12.514/2011, de 28 de outubro de 2011. O art. 22 da Resolução CFM nº 2.298/2021, (vigente a partir de 26/08/2021) definiu as regras e valores para a cobrança das anuidades e taxas para o exercício de 2022.
Evidências e Análises	Inscrição da dívida ativa é o ato administrativo vinculado, pelo qual é feito o assentamento do débito em registro próprio. A inscrição é o ato que vai originar o nascimento do título obrigatório para cobrança judicial.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Causas	Dívida não inscrita presume-se ainda sem liquidez e certeza do crédito correspondente, por não estar devidamente constituído.
Efeitos	O controle de legalidade dos débitos encaminhados para inscrição em dívida ativa consiste na análise, pela Assessoria Jurídica, dos requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade, essenciais à formação do título executivo necessário à prática de qualquer ato de cobrança coercitiva, seja judicial ou extrajudicial.
Recomendações	Face ao alto volume de recursos financeiros envolvidos (R\$ 6.151.369,00), recomendamos a adoção de medidas efetivas para inscrição, execução e cobrança dos créditos inadimplidos, conforme critérios estabelecidos na Lei nº 12.514/2011 e na Resolução CFM nº 2.280/2020, especialmente com a utilização de sistema informatizado que possa controlar e gerenciar os créditos inscritos (administrativo) e executados na dívida ativa.
Benefícios Esperados	Controle de legalidade dos requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade, essenciais à formação do título executivo necessário à prática de qualquer ato de cobrança coercitiva, seja judicial ou extrajudicial.

Condições	b) Renúncia Fiscal
Critérios	Lei nº 12.514/2011; Acórdãos TCU nº 398/2018 e 692/2018 e Acórdão TCU nº 1.925/2019-Plenário, além da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Evidências e Análises	Ao Conselho Federal de Medicina, amparado pela Lei nº 12.514/2011, cabe estabelecer o valor da anuidade, os descontos e os critérios de isenção, e ao Conselho Regional de Medicina efetivamente arrecadar todas as contribuições de sua competência institucional. Isto significa que cada Conselho Regional deverá explorar adequadamente a sua base tributária e, conseqüentemente, ter capacidade de estimar qual será a sua receita. A renúncia de receita - ou seja, a anistia, a remissão ou a isenção em caráter não geral, que tenha como impacto a diminuição de receita - deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois exercícios seguintes, conforme Acórdãos TCU nº 398/2018 e 692/2018. Este assunto também foi matéria de discussão no Acórdão TCU nº 1.925/2019-Plenário, no qual foi recomendado ao Conselho Federal de Medicina que oriente os respectivos conselhos regionais, no sentido de que adotem medidas para dar cumprimento às regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto ao disposto nos incisos I e II do art. 14. Durante o exercício de 2022 foram renunciadas receitas no valor de R\$ 694.834,00 , abrangendo os seguintes tipos: Pessoas Físicas: 1ª inscrição, médico jubilado, descontos pelo pagamento antecipado (janeiro e fevereiro), anistia e remissão; Pessoas Jurídicas: Desconto médico empresa, anistia e remissão.
Causas	Concessão de renúncia fiscal sem a formalização devida.
Efeitos	Fragilidade na execução da proposta orçamentária.
Recomendações	Formalização dos processos de arquivamento das dívidas, indicando as circunstâncias e a base legal para a renúncia fiscal de cada situação, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive com demonstração dos valores renunciados em relatório de impacto orçamentário-financeiro e a devida mensural de quantidades e valores em notas explicativas, como também evidenciar todas as operações nos registros contábeis.

Condições	c) Honorários de Sucumbência
Critérios	Regulamento do Imposto de Renda e Legislação correlata
Evidências e Análises	(1) Controle do teto constitucional: A jurisprudência do Tribunal de Contas da União também já firmou entendimento que os Conselhos de Fiscalização se submetem ao teto constitucional previsto na Constituição Federal. A Suprema Corte também já decidiu que os honorários de



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

	sucumbência pertencem aos advogados e que o valor não poderá exceder ao teto constitucional; (2) Imposto de Renda Retido na Fonte: Notamos que os valores pagos aos advogados do CRM/MT, referentes honorários de sucumbência, estão sendo devidamente provisionados nas folhas de pagamentos, porém, sem a incidência de imposto de renda, contrariando a legislação tributária vigente. Diversas Soluções de Consultas estão disponíveis no sítio da Secretaria da Receita Federal pacificando a obrigatoriedade da retenção de imposto de renda sobre os valores pagos ou creditados aos advogados. Excetuando o Imposto de Renda na Fonte, que deve ser retido e recolhido pelo Conselho, aos honorários de sucumbência não há incidência de outros impostos e nem de contribuição previdenciária, tão pouco integram o subsídio, assim como não servirão de base de cálculo para adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária; (3) Controle contábil de conta corrente: Para controle e operacionalização dos pagamentos de honorários de sucumbência aos advogados do Conselho foi aberta conta corrente, com aplicação automática. Notamos que a movimentação de créditos, débitos, rendimentos e taxas dessa conta não está transitando pelos registros contábeis do CRM/MT, contrariando as Normas Brasileiras de Contabilidade e especialmente o art. 93 da Lei 4.320/64, com a seguinte menção: <i>Art. 93. Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil.</i>
Causas	Aplicação incorreta da legislação tributária.
Efeitos	Caracterização de verba indenizatória de forma equivocada.
Recomendações	(1) Controle do teto constitucional; (2) Revisão dos procedimentos adotados e a inclusão dos honorários de sucumbência no cálculo do imposto de renda mensal, além da regularização dos valores não recolhidos; (3) revisão dos procedimentos e a devida contabilização das operações; (4) que as despesas com taxas sejam absorvidas pelo orçamento vigente; (5) que os rendimentos auferidos sejam incluídos nas receitas do CRM/MT.
Benefícios Esperados	Regularidade tributária e aplicação de normas constitucionais.

Condições	d) Portal da Transparência							
Critérios	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que trata do Portal da Transparência e recentemente detalhada pelo Acórdão nº 96/2016 – TCU – Plenário, de 27/1/2016. No âmbito dos Conselhos de Medicina, a matéria está regulamentada através da Resolução CFM nº 2.151/2016, que fixa regras e conteúdo para o acesso a informações e dá outras providências. De acordo com os respectivos pesos, apurou-se que o CRM/MT atende 86,32% da disponibilização de informações exigidas pela legislação.							
Evidências e Análises		VARIÁVEIS		PESO (1)		QDE	PESO (2)	
			LEG.	ÍNDICE			FINAL	
			Informações disponíveis	P(1)	3,0	26	78	
			Informações incompletas/desatualizadas	P(2)	2,0	10	20	
			Informações indisponíveis	P(3)	1,0	3	3	
		TOTAL DE ITENS			39	101		
		ÍNDICES DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES			86,312			
Causas	Ausência de dados essenciais.							



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Efeitos	Realização de pesquisas comprometida.
Recomendações	Manter disponível e atualizado os itens especificados no art. 9º da Resolução CFM nº 2.151/2016 e no art. 7º da Resolução CFM nº 2.286/2020, a fim de cumprir a legislação vigente e especialmente porque será objeto de fiscalização por parte do Tribunal de Contas União e aprimoramento de ferramentas para disponibilização de “dados abertos”, como forma de promover a transparência ativa.
Benefícios Esperados	Disponibilização efetiva de informações específicas

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

111. Uma das funções conferidas ao Conselho Federal de Medicina é a de promover ações relativas ao funcionamento dos Conselhos Regionais de Medicina e adotar, quando necessárias, providências convenientes para o bem da sua eficiência e regularidade.

112. As recomendações oferecidas têm caráter normativo e preventivo, objetivando subsidiar o Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso – CRM/MT no controle orçamentário, contábil, financeiro e administrativo, de modo a permitir o perfeito desempenho da instituição no que se refere ao cumprimento das normas legais vigentes.

Cuiabá - MT, 21 de julho de 2023.

ALDO CARVALHO DA CUNHA
Controle Interno
Contador – CRC/DF nº 6.319/0-5 S/MT

FRANCÉLIO RONALDO A. PEREIRA
Controle Interno
Contador – CRC/DF Nº 16.214-O/5 S/MT